

RAUL AGUILAR

A pandemia do novo coronavírus derrubou a arrecadação e provocou uma queda na receita de 20 estados brasileiros. A redução no orçamento foi de R\$ 16,4 bilhões em comparação com ao mesmo período do ano passado, segundo levantamento do jornal Folha de São Paulo, a partir da análise de relatórios de execução orçamentária. Especialistas ouvidos pelo Folha classificam o resultado como pior que o prejuízo causado pelas crises de 2008 e 2015.

A Bahia está entre os estados que sofreram com a queda na arrecadação por conta das ações adotadas para o combate à Covid-19. A secretária da Fazenda do Estado da Bahia informou que, para uma previsão de R\$ 49,5 bilhões em receitas para o primeiro semestre de 2020, o governo do estado coletou R\$ 23,2 bilhões, o que corresponde a 46,9% do total previsto.

O pico da queda na entrada de receita aconteceu nos meses classificados pela secretária como de "incidência plena da pandemia", de abril a junho, com uma queda de R\$ 1,5 bilhão em receitas brutas. O cálculo leva em conta o total arrecadado com os impostos e taxas estaduais e as transferências obrigatórias do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Para compensar a queda na arrecadação de impostos, principalmente do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), a Bahia recebeu, no mesmo período, R\$ 786,5 milhões oriundos do Programa Fed-

FINANÇAS Estimativa do governo era alcançar R\$ 49,5 bilhões, mas a soma foi de R\$ 23,2 bilhões

BAHIA ARRECADADA 46,9% DO TOTAL PREVISTO PARA O 1º SEMESTRE

Manoel Vitorio diz que o governo desenvolveu ações para reduzir danos



Shirley Stolze / Ag A TARDE / 9/2019

rativo de Enfrentamento ao Coronavírus e da compensação pelas perdas do FPE.

O repasse emergencial para compensação pelas perdas e a ajuda para o combate ao novo coronavírus nos estados foi capitaneado pelo Congresso Nacional, diante da resistência do governo federal em fazer repasse na

ordem dos bilhões para os estados, como defendia os governadores diante do cenário de terra arrasada que se apresentava.

"O pacote de ajuda federal foi desidratado nas discussões entre o congresso e a equipe econômica, o que na prática reduziu seu alcance, prolongando a situação de

dificuldade que os Estados já vinham enfrentando antes da pandemia. Os efeitos econômicos da pandemia não vão cessar em 2021", alertou o secretário da fazenda do estado da Bahia, Manoel Vitorio.

O secretário avalia que o valor do repasse acordado pela União após acordo no

Congresso "não foi suficiente" e nem "o que nós estávamos almejando"; mas pondera que diante da queda brusca na receita, "pelo menos evitou que no momento de pandemia a situação ficasse caótica".

Enfrentamento

Manoel Vitorio cita uma lis-

ta de iniciativas adotadas pela pasta para redução de danos e reorganização das receitas. De um lado, está o aprofundando da agenda voltada para minimizar as perdas de arrecadação, com o redirecionamento das atividades do fisco em função das áreas que mantiveram a atividade econômica. De outro, a redução de gasto com base principalmente na renegociação de contratos, inclusive os de operações de crédito: "O governo, sob a liderança do governador Rui Costa, já vinha se preparando para este cenário, e tem aprofundado medidas emergenciais para garantir o funcionamento da administração".

O gestor público aponta a união dos órgãos estaduais como um caminho para manter os compromissos e a capacidade financeira do estado, evitando atrasos e demissões.

"Será necessário um esforço muito grande de todos os órgãos do governo nos próximos meses para que o Estado consiga seguir honrando seus compromissos e atuando como garantidor da paz social sob a forma de políticas públicas essenciais de saúde, educação e segurança", ressalta Vitorio.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 03/08/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 03 de Agosto de 2020 - 14:20

Estados perdem R\$ 16 bi em arrecadação no 1º semestre

por João Pedro Pitombo | Folhapress

Em meio à crise econômica causada pela pandemia do novo coronavírus, os estados brasileiros atravessaram o primeiro semestre de 2020 com uma queda na arrecadação de R\$ 16,4 bilhões em comparação com o mesmo período do ano passado.

Levantamento da Folha de S.Paulo com base nos relatórios de execução orçamentária dos estados aponta que, das 27 unidades da federação, 20 registraram queda na arrecadação nos primeiros seis meses deste ano. Seis estados e o Distrito Federal tiveram arrecadação maior que no ano passado, com destaque para Mato Grosso e Amapá.

Ao todo, os estados tiveram uma receita com impostos, taxas e contribuições de R\$ 251 bilhões entre janeiro e junho de 2020 contra R\$ 267,6 bilhões no mesmo período de 2019, em valores atualizados pela inflação; uma queda de 6%.

Especialistas apontam que não há paralelo de baque tão grande no cofre dos estados na história recente do país. O resultado já é pior do que o obtido nas crises de 2008 e 2015.

No primeiro semestre de 2015, por exemplo, a queda na arrecadação dos estados foi de R\$ 14,6 bilhões, em valores atuais, comparado ao mesmo período de 2014.

"Os estados seguem sofrendo bastante com a dinâmica de suas receitas próprias, dado que o isolamento social afetou diretamente a arrecadação de **ICMS**, principal tributo estadual", avalia Juliana Damasceno, pesquisadora do Ibre/FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas).

A perda de receita aprofundou a crise em estados que já vinham enfrentando um cenário de dificuldade nas contas públicas, caso de Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Os três estados mantêm o pagamento escalonado de servidores públicos.

O Rio Grande do Sul, por exemplo, que vem fazendo um trabalho de reformas e redução de despesas, registrou queda real de 5,7% na arrecadação. Com isso, a meta de terminar o ano sem déficit não deve ser mais alcançada.

"Ainda assim, foi importante ter entrado na crise com as despesas congeladas. Caso contrário, nossa situação seria muito pior", afirma o secretário estadual da Fazenda, Marco Aurélio Cardoso.

O tempo de atraso para quitar os salários dos servidores, que havia sido reduzido para 13 dias em janeiro deste ano, alcançou 39 dias em maio. Dessa forma, os salários que deveriam ter sido pagos até 31 de maio só foram totalmente quitados em 9 de julho.

Em geral, o impacto da perda de receita dos estados só não será pior por causa da aprovação das medidas de auxílio financeiro do governo federal aos estados e municípios. Estados e DF receberão, juntos, R\$ 22,3 bilhões.

O benefício, contudo, vai compensar apenas entre 30% e 40% da perda de arrecadação dos entes, conforme estudo feito pela Secretaria da Fazenda de São Paulo.

"O pacote foi desidratado nas discussões entre o Congresso e a equipe econômica, o que na prática reduziu seu alcance, prolongando a situação de dificuldade que os estados já vinham enfrentando antes da pandemia", afirma o **secretário da Fazenda da Bahia, Manoel Vitório**.

Com maior arrecadação própria entre os estados brasileiros, São Paulo teve uma receita de R\$ 89,1 bilhões com tributos no primeiro semestre ante R\$ 95,7 bilhões no mesmo período de 2019, uma queda de 6,8%. A Fazenda paulista estima que o estado deve fechar o ano com uma queda de receita de R\$ 18 bilhões, equivalente a 10% da arrecadação.

Para neutralizar o impacto das perdas, São Paulo conta com a receita extra de auxílio aos estados e com a rolagem da sua dívida, aprovada no mesmo projeto de lei que criou o auxílio.

São Paulo pagaria este ano cerca de R\$ 12 bilhões em parcelas da dívida para o governo federal, valor cujo pagamento foi postergado. As parcelas só voltarão a ser pagas em 2021.

"Ao contrário de outros estados que enfrentam uma situação mais difícil, vamos fechar o ano com caixa equilibrado", diz o secretário da Fazenda de São Paulo, Henrique Meirelles.

Ele projeta um cenário de dificuldades no próximo ano e estima que a economia só deve voltar a atingir os níveis pré-crise no final de 2021. Por isso, a administração tomou medidas de contenção de gastos.

Os estados da região Nordeste, como Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe, tiveram uma forte perda na arrecadação com o ICMS. O mesmo aconteceu em estados do Sul, que têm uma economia mais voltada para o comércio de bens.

No Paraná, por exemplo, a arrecadação caiu de R\$ 13 bilhões para R\$ 11,6 bilhões, já descontados os repasses para municípios. A queda nas receitas com tributos foi de 10,5%.

O secretário estadual da Fazenda, Renê Garcia Junior, afirma que, além das exportações agrícolas, a economia paranaense depende do comércio inter-regional, sobretudo com São Paulo. Por isso, teve forte impacto das medidas de isolamento social.

A substituição do comércio em lojas físicas pelas compras online em meio à pandemia, explica o secretário, também impactou a arrecadação. Para completar, o fechamento definitivo de cerca de 20% das empresas do estado deve tornar o cenário ainda mais adverso.

Para minimizar o impacto das perdas, diz o secretário, o Paraná ampliou a fiscalização de grandes contribuintes, cortou gastos e redimensionou projetos.

Ao mesmo tempo em que estão perdendo receita, a maior parte dos estados teve que acelerar o volume de gastos, sobretudo com ações de enfrentamento à pandemia e compra de equipamentos como respiradores.

Das 27 unidades da federação, 21 registraram maior investimento no primeiro semestre comparado ao mesmo período de 2019. Estados como Pará, Mato Grosso e Tocantins mais que

dobraram o nível de investimento.

Para a economista Juliana Damasceno, os estados carecem de ajuda do governo federal para além do sentido financeiro. Ela afirma que é preciso um plano de ação coordenado no enfrentamento à Covid-19, com planeamento conjunto de compras públicas e da reabertura da economia.

"A falta de perspectiva quanto aos rumos da pandemia reforça a necessidade de se ter alto grau de planeamento", avalia.

Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Fazenda

03/08/2020 10:50

Aplicativo Preço da Hora Bahia ajuda na pesquisa de presentes para o Dia dos Pais

Ainda não sabe qual presente comprar para o Dia dos Pais? Uma dica para pesquisar produtos e encontrar os melhores preços sem sair de casa é utilizar o aplicativo Preço da Hora Bahia. Tomando por base as mais de 3,2 milhões de notas fiscais eletrônicas processadas diariamente pela Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), o app permite pesquisar sobre mais de 500 mil produtos, com as informações sobre preços, contatos das lojas e rotas para se chegar ao endereço desejado.

O Preço da Hora Bahia pode ser baixado em dispositivos móveis na Apple Store e no Google Play, além de estar disponível no site precodahora.ba.gov.br. Lançado em abril deste ano, o aplicativo já conta com mais de 270 mil usuários em toda a Bahia.

O comunicólogo Rui Brito, de Salvador, já é usuário assíduo do app. "Hoje está mais complicado e arriscado fazer uma pesquisa presencial de preços, e pela internet o produto demora e pode não chegar no prazo. Nesse caso, o Preço da Hora é sem dúvida a melhor opção para quem está fazendo compras de última hora para o Dia dos Pais", afirma.

Ele recomenda que as pessoas se habituem a utilizar o aplicativo também para compras do dia a dia. "É uma ferramenta moderna e visionária, que veio pra ficar. Permite, por exemplo, saber o menor preço de um medicamento ou onde está vendendo gasolina mais barato na sua redondeza", enfatiza.

Informações importantes

Os preços dos produtos são pesquisados com auxílio da geolocalização, em um diâmetro definido pelo usuário, que pode variar entre um e 30 quilômetros de distância. Entre as funcionalidades do aplicativo estão ainda um mapa que aponta os três estabelecimentos com os preços mais baixos na região delimitada pelo usuário, um gráfico com o histórico de preços do produto e a possibilidade de cotar rapidamente uma lista de até 40 itens, obtendo-se os cinco melhores preços na cidade.

O diretor de Produção de Informações da Sefaz, Jadson Bitencourt, esclarece que os preços são obtidos das informações de notas já emitidas, e que o estabelecimento não é obrigado a garantir um preço que tenha sido praticado em promoção ou situações como vendas a usuários fidelizados, descontos por pagamento à vista, promoções-relâmpago, entre outras.

"O Preço da Hora Bahia exibe o preço praticado e o eventual desconto concedido. Por esta razão, principalmente quando encontrar preços muito menores que os de costume, o consumidor deve ligar para a loja e confirmar se o preço permanece o mesmo. Isto pode ser feito diretamente do aplicativo, que exibe o telefone informado pelo estabelecimento na nota fiscal".

Fonte: Ascom/ Sefaz

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia

Secom - Secretaria de Comunicação Social

3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB

CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia

Tel: +55 (71) 3115-9249

[Localização](#)

Horário de funcionamento:

De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.

Exerça sua cidadania. Fale com a Ouvidoria.



Todo o conteúdo desse site está publicado sob a licença

[Creative Commons Atribuição-SemDerivações 3.0 Brasil.](#)

[Versão mobile](#)

REABERTURA Salvador precisa registrar a taxa de ocupação de 70% ou menos, por três dias, para entrar em nova fase

ALTA NO ÍNDICE DE OCUPAÇÃO DE LETTOS DE UTI PÕE EM RISCO ENTRADA NA FASE 2

BRUNO BRITO*

Em meio à expectativa para o início da fase dois da retomada das atividades econômicas em Salvador, a capital registrou, no fim da tarde de ontem, 71% de ocupação nos leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), segundo a Secretaria Municipal da Saúde (SMS). Salvador precisa registrar a taxa de ocupação em 70% ou menos, por mais três dias, e só então será autorizado o retorno às atividades em academias de ginástica, barbearias, salões de beleza, centros culturais, museus, galerias de arte, lanchonetes, bares e restaurantes.

Com a oscilação no índice de ocupação de leitos de UTI, a expectativa inicial da retomada das atividades previstas na fase dois pode ter sua data adiada. A expectativa da prefeitura é que o anúncio do retorno aconteça na sexta-feira, dia 7, com a reabertura acontecendo no dia seguinte, sábado.

"A oscilação pode fazer com que a abertura seja mais um pouco para frente. Eu ainda tenho uma expectativa positiva. Com 71%, mostra que tivemos um número bom de altas hospitalares. O período de 14 dias após o início da fase 1 se encerra na sexta-feira. Então a reabertura aconteceria sábado, dia 8", disse Leo Prates, secretário municipal da Saúde.

No entanto, para que isso ocorra, é necessário o registro da taxa de ocupação em 70% ou menos por mais três dias. Até o momento, apenas dois dias tiveram índice dentro do necessário, registrados na última quinta-feira, 30, com 68% de ocupação, e no dia seguinte, com 70% de ocupação. De acordo com o secretário, o ideal é que sempre se registrem mais altas do que novos internamentos.

"Para se ter uma ideia, a prefeitura e o governo do es-

tado já chegaram a regular, no auge da pandemia, 60 pacientes vindos de Unidades de Pronto Atendimento (UPA) em um único dia. No domingo, nós fechamos o dia regulando 22 pacientes. Então esses índices têm nos deixado bastante animados", sinalizou Prates. De

ABERTURA DE MAIS ESTABELECIMENTOS

Fase 2 prevê retomada de atividades em academias de ginástica, barbearias, salões de beleza, centros culturais, museus, galerias de arte, lanchonetes e bares

acordo com o secretário, esses números indicam que a pior fase da pandemia já pode ter passado. Mas ele ressalta que não é momento para diminuir a atenção.

Isso se aplica também a pacientes de plano de saúde, conforme sinaliza o Dr. Mauro Adan, presidente da Associação de Hospitais e Serviços de Saúde do Estado da Bahia (Ahseb).

"Os casos de Covid-19 dos pacientes que possuem plano de saúde têm caído bastante, é algo decrescente. Inclusive, algumas unidades já estão reduzindo os leitos exclusivos de Covid-19, com a retomada das cirurgias eletivas. Não são todos os leitos, mas é o início de um movimento inverso". De acordo

com ele, além da redução do número de casos, a ocupação de leitos destinados a pacientes com plano de saúde está entre 55% e 60%.

Expectativa

Com esse cenário, os setores envolvidos na retomada das atividades aguardam pelo retorno dos serviços. No entanto, enquanto aguardam a estabilização dos índices em 70% ou menos, a prioridade tem sido adequar os espaços a esse retorno. Na Academia Arena Fitness, em Cajazeiras, por exemplo, as mudanças começaram a ser feitas há cerca de um mês, de acordo com o proprietário do local, Isaías Bacelar Ferreira, 56.

As adequações vão desde a colocação de barreiras de

proteção em acrílico nos ambientes, mudança na localização dos aparelhos, respeitando a distância de 1,5 metro, até o fechamento do 3º andar do prédio, que era usado para aulas de dança.

"Honestamente, eu não estou tão confiante no retorno, visto que o número de pessoas internadas está acima do necessário", disse. De acordo com Isaías, a expectativa agora é quanto à publicação do protocolo de segurança da prefeitura para as atividades previstas na fase 2 da retomada das atividades. Para ele, a publicação é necessária para que haja tempo para fazer adequações.

Já no segmento de bares e restaurantes, a Associação

Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) promoveu uma cartilha de adequação dos protocolos sanitários. Nela, estão previstos a distância entre mesas, a oferta de álcool em gel, além do uso do QR Code em cardápios.

"Os estabelecimentos têm reforçado todas as proposições de segurança e estamos plenamente capacitados para garantir uma reabertura sem riscos. Estamos aguardando com ansiedade e tomando providências de toda ordem. Ainda temos enormes desafios a superar, para fazer com essa retomada seja realmente um novo passo para nossa jornada de sucesso", disse o presidente-executivo da Abrasel Bahia, Luiz Henrique Amaral.



Donos de bares, lanchonetes e restaurantes adaptam estabelecimentos a normas de segurança determinadas pelas autoridades sanitárias

Felipe Iruati / Ag. A TARDE

COMBUSTIVEL

Novas especificações da gasolina já estão em vigor

MARJORIE MOURA

As novas especificações da gasolina automotiva, estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) na Resolução nº 807/2020, passaram a ser obrigatórias a partir de ontem. O objetivo da agência é aprimorar a qualidade do combustível produzido e comercializado no país, proporcionando maior eficiência energética, melhorando a autonomia dos veículos pela diminuição de consumo, e viabilizar a introdução de tecnologias de motores mais eficientes, com menores níveis de consumo e emissões atmosféricas.

Publicada em janeiro deste ano, a resolução determinou o prazo para os produtores de combustíveis se adequarem às regras. Assim, desde ontem, toda a gasolina produzida no país e im-

portada deverá atender às novas especificações. Foi dado prazo adicional de 60 dias para as distribuidoras e de 90 dias para os revendedores se adequarem, permitindo o escoamento de possíveis produtos comercializados até ontem (2/8), ainda sem atender integralmente às novas características.

Entretanto, segundo Marcelo Travassos, secretário-executivo do Sincombustíveis-BA, desde ontem muitas distribuidoras estão praticando preço majorado R\$ 0,10 acima do que era cobrado na última sexta-feira. Embora os preços dos combustíveis atendam ao livre comércio, Travassos atribui o aumento a resolução da ANP, embora não se possa garantir que o combustível vendido ontem possua massa específica (densidade) mínima de 715 kg/m³, novo requisito no Brasil pa-



ra a gasolina comercializada nos postos.

Este seria o primeiro ponto determinado pela ANP para a revisão da especificação da gasolina automotiva, que contempla ainda dois pontos principais. O segundo é valor mínimo para a temperatura de destilação em 50% (T50) para a gaso-

lina A, de 77,0° C. Os parâmetros de destilação afetam questões como desempenho do motor, dirigibilidade e aquecimento do motor. O terceiro ponto é a fixação de limites para a octanagem RON (Research Octane Number), já presente nas especificações da gasolina de outros países. O novo parâ-

metro atende às novas tecnologias de motores e resultará em uma gasolina com maior desempenho para o veículo.

Travassos lembrou que a mudança se traduz num combustível com poder de octanagem (propriedade de a gasolina resistir à compressão sem entrar em au-

O objetivo da ANP é aprimorar a qualidade do combustível

toignição) e taxa de vaporização maiores, com mudanças de características que vai trazer um ganho ambiental. O secretário-executivo do Sincombustíveis-BA ressaltou, porém, que postos e consumidores só terão acesso a este novo combustível à medida que os estoques das distribuidoras forem acabando, e estes devem durar alguns dias.

De acordo com a Petrobras, a gasolina com octanagem RON 93 já está sendo produzida em suas refinarias e comercializada com as distribuidoras. Sobre o preço, alega que o produto tem ganho de rendimento de 5%, o que compensará uma eventual diferença no preço da gasolina, porque o consumidor vai rodar mais quilômetros por litro. O novo padrão de gasolina também tem maior massa específica (densidade), o que significa mais eficiência.

REAÇÃO Lideranças avaliam que o governo Bolsonaro tem poucas chances de aprovar uma iniciativa desse tipo, como já declarou o presidente da Câmara

Parlamentares baianos criticam “nova CPMF”

RODRIGO AGUIAR

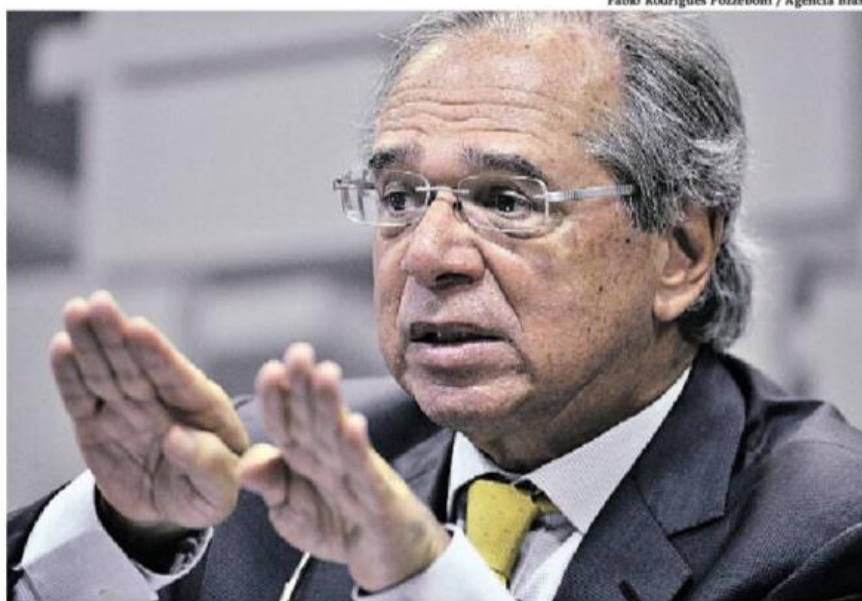
Integrantes da comissão mista da reforma tributária, parlamentares baianos de diferentes partidos criticaram a possibilidade de criação de uma nova CPMF e avaliam que o governo Bolsonaro tem baixas chances de conseguir aprovar uma iniciativa desse tipo, como já declarou o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM).

Recentemente, o presidente Jair Bolsonaro deu aval ao ministro da Economia, Paulo Guedes, para discutir um novo imposto nos moldes da antiga Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF). Amanhã Guedes se reúne virtualmente com a comissão.

O deputado João Roma (Republicanos) afirmou que tal modalidade de imposto “não é saudável”, além de ser injusta, especialmente com os mais pobres. “A gente sabe que tem uma crise fiscal, mas se for para piorar o que está aí, é melhor não mexer. Queremos uma reforma tributária ampla e simplificadora, para viabilizar novos investimentos e reaquecer a economia brasileira”, defendeu.

O parlamentar lembrou que Marcos Cintra, então secretário da Receita Federal, foi demitido em setembro do ano passado, após a divulgação de estudos para uma reforma tributária, com a cobrança de uma taxa em nos moldes da antiga CPMF.

“Até o presidente Bolsonaro já tinha comentado várias vezes que era contrário. Trocar o imposto de nome não adianta. Acho que te-



Fabio Rodrigues Pozzebom / Agência Brasil

Amanhã Paulo Guedes se reúne virtualmente com a comissão mista da reforma

Recentemente, o presidente Jair Bolsonaro deu aval ao ministro da Economia, Paulo Guedes, para discutir um novo imposto nos moldes da extinta CPMF

mos outros caminhos”, acrescentou Roma, relator na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de uma proposta de reforma tributária, a PEC 45/2019, que já tramitava na Casa desde o ano passado.

O deputado petista Afonso Florence classificou a ideia como “péssima” e disse que se posicionará contra, caso chegue uma proposta com este teor. Ele também criticou a primeira parte da reforma encaminhada ao Congresso pelo governo, com a proposta de unificação do PIS e a Cofins.

“Eu estou chamando essa proposta de Bolsonaro de reforma cloroquina. O paciente está doente, ele dá um re-

médio inócuo e diz que cura. Em alguns segmentos, ele quase quadruplica a alíquota. E não resolve o problema do ICMS e ISS, deixando de ajudar os estados e municípios”, avaliou o petista.

“O governo está fazendo uma proposta que onera a classe média e os trabalhadores e desonera grandes empregadores. Parece que ficam bolando uma forma de rico pagar menos”, completou Florence.

O senador Ângelo Coronel (PSD) analisou que não há “clima” no Congresso para aprovar uma “nova CPMF” e sugeriu que melhorar a situação fiscal passa pelo combate ao contrabando e pela legalização dos jogos de azar.

Governador

Rui Costa explica como será reinício do ano letivo na rede estadual, mesmo sem data definida

Gil Santos

REPORTAGEM

gil.santos@redebahia.com.br

Ainda sem data prevista para o recomeço, as aulas da rede estadual de ensino da Bahia deverão incluir todos os sábados com atividades normais em classe, com o encerramento do ano letivo de 2020 ocorrendo em fevereiro de 2021. O anúncio foi feito ontem pelo governador Rui Costa, durante um evento de entrega de apartamentos no bairro do Costa Azul. Ainda segundo o governador, as férias de final de ano também não deverão ocorrer no novo plano de retomada.

"No retorno vai ter aula todos os sábados e provavelmente vamos alternar, dividindo a turma em duas, garantindo dentro da sala o distanciamento social. Será obrigatório uso de máscara dentro da escola por todos", afirmou o governador.

"Devemos ir até fevereiro, para terminar o ano de 2020. Não terá recesso no final do ano. E com isso a gente cumprirá o número de horas", acrescentou Rui.

Ele disse ainda que o planejamento inclui a testagem de alunos, que já aconteceu em três cidades do interior e constatou uma taxa de contaminação 10 vezes maior do que aquela que os números oficiais traziam.

"Fizemos em Ipiaú, Itajuípe e Uruçuca. Em duas encontramos 10% da população estudantil e professores já contaminada. Tinha 1% no dado oficial", afirmou o governador. Nesta semana, os testes acontecem em cidades maiores como Jequié, Itabuna e Ilhéus. "Queremos ver o perfil de contaminação", diz.

MUDANÇAS FÍSICAS

O retorno às aulas presenciais na rede estadual inclui intervenções físicas nas escolas, com reforço de questões sanitárias, como a reforma de banheiros, inclusão de pias em áreas externas e área para oferta de álcool em gel.

Ventiladores estão sendo instalados nas escolas - as que têm ar condicionado não poderão usar o aparelho porque facilita a contaminação. Também está sendo instalada banda larga nas escolas. Os

Aulas no sábado e sem ter férias em dezembro



GIL SANTOS

●● A data é a única coisa que está pendente. Estamos monitorando a taxa de contaminação e ocupação de leitos. Ainda não podemos afirmar, vai depender do comportamento da doença Rui Costa

Governador da Bahia, sobre retomada do ano letivo de 2020

alunos terão oferta de conteúdo digital para baixarem na sala e acompanharem em casa na hora de fazer tarefas.

"A data é a única coisa que está pendente. Estamos monitorando a taxa de contaminação e ocupação de leitos. Ainda não podemos afirmar, vai depender do comportamento da doença nos próximos dias. Esses testes que estamos fazendo nas escolas vão ser um bom parâmetro", acrescentou Rui Costa.

"Só iremos anunciar (a data de retorno das aulas presenciais) quando tivermos uma taxa de contaminação inferior a que temos hoje", disse, sem cravar um número.

Questionado sobre comentários do sindicato dos professores relacionando um retorno às aulas com "genocídio", Rui afirmou que a reabertura já está acontecendo sem críticas desse tipo.

"Não é razoável que as pessoas achem que podem ir no shopping e não possam ir dar aula na escola. Está se falando de abrir bar, restaurante... Não vi ninguém falando de genocídio quando se falou de abrir shopping", disse, afirmando que a crítica só será pertinente da parte de quem não está saindo de casa.

"A pessoa que tá indo no shopping, quer ir no bar, no restaurante, só não quer ir na escola? Não faz muito sentido isso (...) Tudo pode funcionar, só não a escola?", questiona, dizendo que não se pensa em cancelar o ano letivo. "Cancelar o ano significa que muitos desses alunos não voltarão para a escola. Não podemos cometer esse crime".

Ainda de acordo com o governador, uma junta médica vai analisar os casos de professores que tenham problemas de saúde.

DIÁLOGO COM O GOVERNO

Coordenadora da Associação dos Professores Licenciados do Brasil - Seção da Bahia (APLB-BA), Marilene Betros diz que a categoria está em diálogo com o Governo do Estado, que chegou a apresentar proposta de protocolo para o retorno das aulas para os mais de 800 mil alunos da rede estadual de ensino.

A associação, acrescenta, entende que muitos ajustes são necessários para que se chegue à retomada: os colégios públicos do estado têm salas superlotadas, problemas estruturais como defeito em bebedouros, pouca ventilação e banheiros precários, enumera.

"É preciso discutir as condições de trabalho porque as escolas não têm condições de biosegurança. O nosso posicionamento é defender a vida, visto que não temos condições de retornar com o nível de mortes e contaminações atuais. Estamos expostos ao perigo e não vamos aceitar um retorno precipitado".

Aluna do segundo ano do Ensino Médio no Colégio Estadual Almirante Barroso, em Paripiranga, Fernanda Santos teme que o retorno aconteça de maneira precipitada: "Passamos por um desgaste mental muito grande com essa parada, que nos deixou perdidos", disse.

Rui Costa falou sobre plano de retomada do ano letivo nas escolas estaduais em evento

MEC diz não ter dados sobre aula virtual

O Ministério da Educação (MEC) informou, ontem, não saber quantos estudantes da rede pública de ensino estão assistindo aulas pela TV ou pela internet durante a pandemia do novo coronavírus no Brasil. A comunicação da pasta foi em resposta ao questionamento de um grupo de sete deputados que enviou ofício ao ministério, no final de junho, pedindo os dados do ensino à distância e da reorganização do calendário escolar, após a interrupção das aulas presenciais pela pandemia. O grupo integra a comissão da Câmara que acompanha os trabalhos do MEC.

Mais de um mês depois da solicitação, o MEC disse que "não dispõe de informações acerca do número de alunos da rede pública de ensino do país que estão tendo teleaulas e aulas online até o momento". O questionamento dos deputados, por sua vez, se baseou em nota técnica emitida pela Secretaria de Educação Básica do próprio MEC, onde consta que "todas as redes estaduais de educação estão com atividades remotas" na pandemia.

A nota técnica da secretaria do MEC tomou como base o site do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed). Para afirmar que toda a rede pública do país estava com aulas virtuais, a pasta usou dados da pesquisa do Consed e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação que foi respondida só por 71% das redes municipais.

ESCOLAS PELO BRASIL:

● **São Paulo** O governo do estado anunciou ontem o adiamento da volta das aulas presenciais na rede estadual, programada inicialmente para 8 de setembro, em sistema de rodízio. Uma nova data de reinício não foi anunciada.

● **Maranhão** As instituições de ensino da rede privada do Maranhão iniciaram ontem as aulas presenciais. Em São Luís, o retorno ocorreu para alunos do 3º ano do ensino médio, todos com máscara e distanciamento entre as carteiras.

● **Rio de Janeiro** Escolas particulares reabriram após a prefeitura autorizar. Muitas, no entanto, continuarão fechadas. Já as estaduais, abriram só para funcionários.

Donaldson Gomes

EDITOR
donaldson.gomes@redabahia.com.br

Vai ficar cada vez mais difícil colocar a culpa na gasolina quando o veículo começar a engasgar. Após anos com um padrão de qualidade inferior, o principal combustível dos carros de passeio no país vai se aproximar dos requisitos adotados na Europa e nos Estados Unidos. Desde ontem, o produto que está saindo das refinarias deve atender padrões de qualidade que dificultam bastante o processo de adulteração e devem proporcionar um aumento médio de 5% no rendimento dos motores, segundo informações da Petrobras.

Outra boa notícia para o consumidor é que a estatal, responsável por aproximadamente 98% do refino de combustíveis no Brasil, sinalizou não haver uma relação direta entre a mudança e um aumento de preços. Especialistas no setor estimam em R\$ 0,10 por litro este custo adicional de produção. Mas segundo a Petrobras, “o preço do combustível é definido pela cotação no mercado internacional e outras variáveis como valor do barril do petróleo, frete e câmbio. Portanto, esses fatores podem variar para cima ou para baixo e são mais influentes no preço do que o custo adicional de especificação”.

Ela lembra entretanto que é responsável por apenas 30% do preço final da gasolina nos postos. “As demais parcelas são compostas por tributos, preço do etanol adicionado e margens das distribuidoras e revendedores”, diz em um comunicado à imprensa.

Segundo a empresa, “o ganho de rendimento de 5%, em média, proporcionado pela nova gasolina compensará uma eventual diferença no preço da gasolina, porque o consumidor vai rodar mais quilômetros por litro”.

O empresário Walter Tannus, presidente do Sindicato de Combustíveis da Bahia (Sindicombustíveis) acredita que a receptividade será boa por conta da maior qualidade do produto. Segundo ele, só será possível ter uma definição em relação a preços quando a gasolina estiver disponível. “Se ninguém aproveitar para aumentar suas margens e, mantendo-se a mesma tributação, o impacto deve ser pequeno”.

EM PRODUÇÃO

Apesar do período de 90 dias até que a regra se torne obrigatória, é muito provável que boa parte dos brasileiros já esteja utilizando, sem saber, a nova gasolina. Desde o mês passado, as refinarias da Petrobras já estão produzindo a gasolina com o padrão de octanagem RON 93, além de ser mais densa. Não sabe o que é octanagem, ou a importância da densidade? Para os não

Se ninguém aproveitar para aumentar suas margens e, mantendo-se a mesma tributação, o impacto deve ser pequeno
Walter Tannus
Presidente do Sindicombustíveis

O grande benefício da densidade definida para o consumidor é a maior dificuldade de adulteração deste produto
Thiago Andrade
Diretor comercial e presidente da PetroBahia

O fato é que o combustível terá mais eficiência, redução no consumo por quilômetro rodado e dificultará a fraude
Márcio Sales
diretor de operações da Larco



Produto que está chegando ao mercado deve render até 5% mais que o atual, além de ter padrões que dificultam a adulteração

MARINA SILVA/ARQUIVO CORREIO

Nova gasolina tem mais rendimento e é difícil de batizar

Combustível
Produto de melhor qualidade já chegou aos postos de revenda

iniciados em mecânica basta saber que a melhoria destas duas características vão proteger os motores, dificultar fraudes e possibilitar redução no consumo. Além disso, diz a Petrobras, proporciona melhora no desempenho do carro, melhor dirigibilidade, menor tempo de resposta na partida a frio e aquecimento adequado do motor.

“Com um patamar mínimo de densidade específica definido, o grande benefício para o consumidor é a maior dificuldade de adulteração deste produto”, avalia o diretor comercial e presidente da empresa, Thiago Andrade.

Com a octanagem mínima de 92, já adotada na Europa, o combustível se torna mais adequado às novas tecnologias de motores introduzidas no Brasil. A segunda fase, prevista para janeiro de 2022, estabelece que a octanagem

mínima de 93 – padrão que já está sendo adotado nas refinarias brasileiras.

Márcio Sales, diretor de operações da distribuidora baiana Larco, acredita que a entrada do novo produto não irá interferir nos preços. “A precificação não é feita pela produção, mas pelo mercado externo. Mesmo tendo especificações diferentes, não aumenta em função disso. Não é o custo de produção que forma o preço da Petrobras”, pondera. Ele lembra que, mesmo com a produção da nova gasolina em curso na última semana, a Petrobras anunciou uma redução de R\$ 0,07, em função do mercado externo.

“O fato é que o combustível terá mais eficiência, redução no consumo por quilômetro rodado, dificultará a fraude, porque você terá um padrão elevado”, destaca.

Mudança não deve impactar vendas na Bahia

A gasolina representa um mercado de 500 milhões de litros por ano na Bahia, explica o presidente do Sindicombustíveis, Walter Tannus. O volume representa 30% do total comercializado no estado, diz. Segundo ele, a expectativa do setor é que não haja uma grande variação nesta participação este ano, mesmo com o período de isolamento causado pela pandemia do novo coronavírus. Para ele, é que o isolamento comprometeu outras atividades nos postos.

“Abril foi um mês horrível para a revenda. Para se ter ideia, vendas caíram 50%”, lembra o presidente do Sindicombustíveis. Segundo ele, de maio para cá, o movimento tem sido de recuperação, embora o desempenho de vendas ainda esteja abaixo do esperado. “O cenário é preocupante”.

O impacto do isolamento se deu no complexo de atividades abrigadas nos postos de combustíveis. “As vendas são um complexo de negócios. Tem combustível, restaurante, conveniência, borracharias. Alguns que tem até pequenos mercados e estes sofreram bastante”, lembra. Nos últimos meses, foram perdidos 10 mil empregos, de um total de 50 mil, no setor, lembra.

AS PRINCIPAIS MUDANÇAS E OS SEUS IMPACTOS

Qualidade As regras brasileiras não estabeleciam limites mínimos de massa específica nem valor mínimo de RON, o que permitia a importação e produção de gasolinas mais leves. A gasolina comum terá que ter RON de 92 agora e de 93 em janeiro de 2022. Já a gasolina premium terá que atingir 97 já agora no início do próximo mês.

Proteção Melhora desempenho, dirigibilidade e o tempo de resposta na partida a frio, além de manter o aquecimento adequado do motor. Também protege de defeitos mais rápidos

Eficiência Vai permitir o uso pelas montadoras de motores mais eficientes, com menor consumo e menos poluentes

Consumo Segundo a Petrobras, a nova gasolina vai permitir uma queda média de 5% no consumo do litro de gasolina por cada quilômetro rodado, além de dar mais potência

Correio*

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Sinais de melhora no mundo em crise

Há cinco semanas tem melhorado a previsão da recessão deste ano, no Boletim Focus do Banco Central, e o tamanho da queda ficou quase um ponto percentual menor. A mediana era uma retração de 6,5%, agora é de 5,6%. A confiança empresarial subiu. A bolsa acumulou alta de mais de 60% desde o seu piso em março. O que significa tudo isso? O país está vivendo a maior crise da sua história, os ativos variáveis sobem por falta de opção de rentabilidade, mas a economia tem tido pequenos alívios. Está, contudo, muito longe do fim desse túnel no qual entrou com a pandemia. O mundo todo está com uma recuperação muito desigual e volátil.

A alta das bolsas dá a falsa impressão de que a economia voltará rapidamente ao que era antes da crise, até porque as ações costumam antecipar os movimentos futuros da conjuntura. Mas o que está acontecendo tem a ver com outro fenômeno. É resultado de uma injeção de recursos nunca vista por parte dos bancos centrais mundo afora. Para se ter uma ideia, na crise de 2008, o banco central americano demorou cinco anos para elevar em 8,2 pontos percen-

tuais o seu balanço monetário. Desta vez, em apenas quatro meses o volume de dólares despejados pelo Fed na economia chegou a 13,7 pontos do PIB dos EUA. É essa montanha de dinheiro, que foge dos juros baixos em todo o mundo, que corre em direção às bolsas. E também ao ouro — considerado um ativo de proteção — que na semana passada bateu novo recorde. No Brasil, a bolsa já subiu 61% desde o seu pior momento em 23 de março, mas ainda está 16% abaixo do que estava em 23 de janeiro.

Várias instituições estão re- vendo os dados da queda do PIB, atenuando a recessão prevista antes. Isso é bom, evidentemente. Mas não se pode perder a visão de que se for 4,7%, como o governo prevê, ou 5,6%, que é

a atual mediana do mercado, continua sendo a maior recessão da história. E o país ainda não havia se recuperado das quedas de 2015 e 2016.

Na balança comercial, a corrente de comércio do Brasil em julho ficou 18% abaixo do mesmo mês do ano passado. As exportações tiveram uma queda leve, de 3%, na mesma comparação, porque houve forte aumento nas vendas de produtos agropecuários e da indústria extrativa, especialmente para a China. A exportação para os chineses, diga-se de passagem, cresceu 24%, enquanto para os EUA despencou 37%. Já a venda de produtos manufaturados teve forte recuo de 12%. A queda de 35% nas importações sugere que o consumo interno continua fraco, e a indústria permanece sem fôlego para im-

portar matéria-prima. Foi pela queda mais intensa da importação que se atingiu o saldo de US\$ 8 bilhões na balança.

Esta semana vão sair diversos indicadores, indústria, desemprego, inflação e o Banco Central decidirá o que fazer com os juros que estão em 2,25%. Há uma parte do mercado que acredita em nova queda de 0,25%, mas há quem aposte em permanência apesar de a inflação dos últimos 12 meses estar bem abaixo da meta de 4%. O IBGE divulga hoje o resultado da indústria em junho, que deve vir com uma forte alta, na comparação com maio, mas uma grande queda em relação ao mesmo período do ano passado. A estimativa do banco ABC Brasil é de crescimento de 9% de um mês para o outro, mas um recuo de

10% sobre o mesmo período do ano passado. Isso tudo quer dizer que o setor recuperou apenas parcialmente as perdas que teve com a pandemia. Entre março e abril, a retração na produção industrial chegou a 26%. Em maio, houve alta de 7%. O crescimento de junho será o segundo consecutivo.

Dados positivos apenas atenuam a grande crise vivida no país e no mundo. Mais do que a coleção de números de cada semana, o fundamental é que o Brasil e o mundo ainda vivem os rigores de uma pandemia e a enorme incerteza que isso traz. A economia mundial está superando seu pior momento, mas não se sabe quando voltará a ser o que era antes da pandemia. Na Europa, países industriais como a Alemanha estão melhores do que os que são mais dependentes do turismo, como França, Espanha e Itália. A recuperação por lá está sendo assimétrica. Os Estados Unidos estão discutindo um novo socorro de um trilhão de dólares, no meio da polarização do processo eleitoral no qual o presidente Trump, em queda nas pesquisas, cria conflitos para ver se melhora nas intenções de voto.

*COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 04/08/2020	Página:

Correio*

**●● Essa
tentação de
aumento de
carga tri-
butária nos
remete a um
ambiente me-
dieval, daquele
rei que quando
vê necessidade
manda criar
novo imposto**
Aguinaldo
Ribeiro

Relator da reforma tributária da Câmara

ECONOMIA

Caixa vai pagar auxílio a 805 mil novos beneficiários

BENEFÍCIO A Caixa Econômica Federal aprovou ontem a inclusão de 805 mil novos beneficiários do auxílio emergencial de R\$ 600, pago pelo governo federal para combater a crise econômica provocada pela pandemia da covid-19. Além dessas pessoas, outras 345 mil tiveram o cadastro validado para receber as parcelas 3 e 4.

O pagamento dos novos elegíveis será feito a partir de amanhã. Nesse dia, os nascidos de janeiro a maio (483 mil pessoas) terão o crédito disponibilizado na poupança social digital. Os pagamentos aos nascidos nos meses posteriores, considerando os novos elegíveis, ocorrerão nos dias seguintes.

No dia 7 de agosto será a vez dos nascidos em junho; no dia 12, dos nascidos em julho; no dia 14, dos nascidos em agosto; dia 17, dos

“As pessoas que recebem o auxílio emergencial durante a pandemia de covid-19, tiveram seus rendimentos aumentados em 24% em relação ao que recebiam antes”
Pedro Guimarães

Presidente da Caixa, durante entrevista para falar dos novos beneficiários do auxílio

nascidos em setembro; dia 19, dos nascidos em outubro; dia 21, dos nascidos em novembro; e em 26 de agosto, dos nascidos em dezembro.

A Caixa tem disponibilizado o auxílio em uma poupança digital, acessível pelo aplicativo Caixa Tem. Pelo app é possível fazer compras online em estabelecimentos autorizados e pagar boletos. O saque em dinheiro do benefício, em uma agência do banco, é autorizado posteriormente, conforme calendário estipulado pela Caixa.

As 483 mil pessoas que receberão o auxílio no Caixa Tem amanhã, por exemplo, poderão sacar o valor a partir do dia 8 de agosto.

O presidente da Caixa, Pedro Guimarães, afirmou que o pagamento tem sido feito “com muita tranquilidade” e que não é necessário chegar muito cedo nas agências. Ainda assim, com o acúmulo do pagamento dos beneficiários do auxílio emergência com aqueles que recebem o novo saque do FGTS, as filas continuam ocorrendo. “Estamos tendo o pagamento, com muita tranquilidade, embora com uma intensidade muito grande. Não há nenhuma necessidade de chegar cedo nas agências antes de elas abrirem”.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 04/08/2020	Página: 02

Tribuna

Sem espaço

O relator da reforma tributária da Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), rechaçou a possibilidade de aumento da carga tributária e a recriação de um imposto no modelo da CPMF. "É um negócio que temos de ter um cuidado porque essa tentação de aumento de carga tributária nos remete a um ambiente medieval, daquele rei que quando vê necessidade manda criar mais um imposto", disse o parlamentar em live realizada pelo Valor Econômico nesta segunda-feira, 3.

Assombrado

Aliás, na Bahia um importante deputado da base governista se disse assombrado com as declarações do governador Rui Costa (PT) favoráveis à recriação da CPMF. "Esse mundo tá perdido, meu Deus do céu. O governador da Bahia a favor e Rodrigo Maia (deputado do DEM, presidente da Câmara dos Deputados) contra a recriação desse imposto", afirmou o parlamentar.

Outros pedidos

Segundo ele, como se não bastasse ter visto Rui pedindo votos a favor do novo marco regulatório do Saneamento e da reforma da Previdência, agora o governador também se posiciona a favor da CPMF. O governador justificou a medida dizendo que colaboraria contra o crime organizado por meio da fiscalização das operações financeiras, explicação que o parlamentar também contestou.

Tribuna

NOVO IMPOSTO

Rui Costa defende CPMF para rastrear crime organizado



PETISTA

quer que reforma tributária proteja os mais necessitados

HENRIQUE BRINCO

O governador Rui Costa (PT) defendeu a volta da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) para rastrear o crime organizado. O baiano concedeu uma entrevista à Rádio Bandeirantes de São Paulo, na manhã de ontem. Questionado sobre a proposta, o petista posicionou defendendo um modelo em que seja cobrada uma tarifa irrisória por transação, que tenha a função de rastreamento do recurso.

"Esse é um debate longo e eu me somo àqueles que indicam essa arrecadação não como uma forma exatamente de garantir a

arrecadação e a sustentação de estados, municípios e União, mas sim como um bom formato para um percentual muito pequeno de controle das organizações criminosas. O crime organizado no mundo inteiro utiliza o sistema financeiro para fazer essas movimentações. Então, ela teria muito mais a função de controlar esse movimento para garantir o rastreamento de dinheiro. Sob a ótica da arrecadação, não sou favorável, porque ela é um tributo cumulativo e que tem um peso grande no sistema produtivo", avaliou.

Rui defendeu que a reforma tributária em discussão no Brasil proteja os mais necessitados e cobre proporcionalmente mais im-

postos aos mais ricos, a exemplo do que acontece em outras grandes nações do planeta

"A reforma tributária é um tema em que todos têm uniformidade ao afirmar que a desejam. O problema mora nos detalhes: qual é a reforma que será feita? O grande problema do Brasil é que nós temos um imposto reverso. Ou seja, Robin Hood ao contrário. No Brasil, quem paga proporcionalmente mais imposto são os pobres porque o imposto é centrado no consumo, enquanto outras nações do mundo concentram a arrecadação na fonte de renda - quanto mais patrimônio a pessoa tiver, mais paga imposto. No Brasil é exatamente

o contrário", declarou, defendendo uma reforma que traga justiça social.

AL-BA PACIFICADA

Rui também falou sobre a articulação política do presidente da Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA), Nelson Leal (PP), que busca a reeleição. Ele trabalha para a derrubada da PEC, de autoria de Adolfo Menezes (PSD), que impede a reeleição na Casa. "Sim, houve (a reunião) e graças a Deus todo mundo 'fumou'... não vou dizer 'fumou' pois sou contra o fumo, mas tomou um fresquinho de maracujá, foi tudo pacificado", revelou, afirmando que nesta semana eles devem se pronunciar sobre o caso.

PROPOSTA DO GOVERNO

Relator da reforma afirma que recriação da CPMF é tentação medieval

(ESTADÃO CONTEÚDO)

O relator da reforma tributária da Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), rechaçou a possibilidade de aumento da carga tributária e a recriação de um imposto no modelo da CPMF. "É um negócio que temos de ter um cuidado porque essa tentação de aumento da carga tributária nos remete a um ambiente medieval, daquele rei que quando vê necessidade manda criar mais um imposto", disse o parlamentar em live realizada pelo Valor Econômico ontem.

Ele disse ser contra a recriação de um novo imposto nos moldes da CPMF. "Se eu for criar CPMF, na verdade, vou onerar a toda a população brasileira, inclu-

sive em cadeia cumulativa (efeito cascata) sem uma referência positiva desse imposto", disse. O efeito cumulativo se dá porque a nova CPMF incidiria sobre empresas e pessoas e diferentes etapas da cadeia produtiva.

Ribeiro, que é relator da comissão que vai unir todas as propostas atualmente no Congresso, não entrou em detalhes do que deve ser seu relatório, mas disse que o debate precisa ser o mais amplo possível, sem que isso represente um impedimento na aprovação.

Atualmente, duas Propostas de Emenda à Constituição (PEC) tramitam no Congresso sobre o tema, a 45, na Câmara, e a 110, no Senado. Na PEC 45, da Câmara, são substituídos cinco tributos - o IPI, PIS, Cofins, ICMS, ISS - por um único Imposto sobre Bens

e Serviços (IBS). Já o projeto entregue pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, ao Congresso unifica PIS e Cofins na Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

O período de transição é diferente em cada um dos textos. Para Ribeiro, deverá prevalecer o que der a segurança necessária para adoção de um imposto único no País. "O que vai determinar a transição é o equilíbrio", disse. Ribeiro afirmou também que o imposto sobre grandes fortunas deve ser debatido dentro da comissão mista. Como mostrou o Estadão, a crise da covid-19 acendeu o debate sobre a regulamentação desse imposto, previsto na Constituição. Proposta encabeçada pela Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco) junto com um grupo de entidades ligadas aos Fiscos e acadêmicos,



AGUINALDO RIBEIRO rechaçou a possibilidade de aumento da carga tributária

que será apresentada aos parlamentares, aponta um potencial de arrecadação de R\$ 40 bilhões por ano somente com o imposto sobre grandes fortunas.

O relator se mostrou otimista em relação ao ambiente para se aprovar a reforma no Congresso. "Vejo um ambiente muito bom, o parlamento tem uma disposição reformista e isso continuará. Estamos em um momento importante de se concentrar para votar matérias estruturantes", afirmou.

Questionado sobre a influência da aprovação da reforma em relação à sucessão de Rodrigo Maia (DEM-RJ) na presidência da Câmara, Ribeiro disse que esse não é o momento para se debater a eleição da Casa. "Discutir sucessão da Câmara me parece um desfavor ao parlamento e ao Brasil", disse.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Geral
Data: 04/08/2020	Página: 05

Tribuna

ODEBRECHT Minério baiano começa a ser escoado pelo terminal Enseada

O dia 31 de julho de 2020 vai ficar para a história do moderno complexo naval, portuário e industrial da Enseada, localizado em Maragogipe, no Recôncavo baiano. Na manhã de ontem, o navio Star Athena, de bandeira Norueguesa, atracou no Terminal de Uso Privativo (TUP) da Enseada para receber o carregamento de 44 mil toneladas de minério de ferro baiano. A carga é de propriedade da empresa Brazil Iron e foi extraída a partir da mina localizada na cidade de Piatã. A operação de carregamento está prevista para ocorrer até o próximo dia 5 e marca o início das operações portuárias no TUP da Enseada.

Segundo o CEO da Brazil Iron, Guy Saxton, "a empresa trabalhou por um longo período com a Enseada para superar inúmeros obstáculos com o objetivo de fazer este primeiro carregamento e, efetivamente, fazer da Enseada um porto que beneficiará outros usuários, a Bahia e o Brasil", revelou Saxton.

A atividade iniciada ontem no complexo industrial e portuário da Enseada foi liderada pelo diretor Industrial da empresa, Mário Moura. Para ele, a operação certificará o complexo industrial, portuário e naval baiano como um importante player nacional para operações logísticas seguras e eficientes. "Estamos oferecendo a Bahia mais uma alternativa para escoamento de suas riquezas um TUP com posição privilegiada, águas abrigadas e calado profundo", revelou Moura.

Nos últimos anos, a Enseada passou por um reposicionamento estratégico, ampliando sua atuação para além da vocação naval. Hoje a empresa baiana oferece soluções integradas de engenharia para projetos navais, logísticos-portuários e industriais, aliando inovação, qualidade, produtividade e uma abrangente política de sustentabilidade que

a diferencia. Além disso, possui uma sólida política de governança.

GANHO DE PRODUTIVIDADE

O navio Star Athena é um transportador de granéis construído em 2012 e com capacidade de carga de 57809 toneladas. Possui calado de 6,5 metros, comprimento total de 189,99 metros e largura de 32,26 metros. Após o carregamento, a embarcação segue com as 44 mil toneladas de minério baiano para a China.

Segundo Roberto Mann, head de Logística da Brazil Iron, a alternativa da Enseada se mostrou segura, viável e competitiva. "Em mineração, logística representa parcela significativa do negócio e a Enseada nos prestou um atendimento excelente e seguro, representando ganho de produtividade para nós", disse Mann.

A Brazil Iron possui mais de 433 quilômetros quadrados de direitos minerários na Bahia. A empresa produz e vende alguns dos produtos de minério de ferro da mais alta qualidade do mundo. Isso significa menos poluição no processo de fabricação do aço e aço de maior qualidade para uma população mundial em urbanização. Produz e vende no mercado interno e para a Europa e Ásia com baixas impurezas.

"Esta retomada das operações do Estaleiro Enseada é muito importante para a economia baiana, gerando impacto positivo na nossa balança comercial. Tivemos reunião hoje com o presidente do Estaleiro, Maurício Almeida, e estamos discutindo, inclusive, a utilização do equipamento como terminal de granéis líquidos, para a fabricação de torres eólicas e navios, desmonte de grandes navios e manutenção de plataformas e embarcações, além de seu uso como porto para o escoamento de desenvolvimento em nosso Estado", afirmou.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Geral
Data: 04/08/2020	Página: 05

Tribuna

R\$ 8 BILHÕES

País tem superávit comercial recorde em julho

MARCELAAYRES, REUTERS

Brasil teve superávit comercial de 8,1 bilhões de dólares em julho, maior para todos os meses da série histórica do Ministério da Economia iniciada em 1989, mais uma vez beneficiado por um forte tombo nas importações em meio à crise com o coronavírus.

O dado, divulgado ontem, veio exatamente em linha com projeção de um superávit de 8,10 bilhões de dólares, segundo pesquisa Reuters com analistas.

De um lado, as importações caíram 35,2% em julho sobre um ano antes, a

11,5 bilhões de dólares, com redução observada tanto em volumes quanto em preços.

Pelo critério da média diária, houve diminuição de 62,7% nas compras de produtos da indústria extrativa, de 33,6% em itens da indústria de transformação e de 6,5% nas produtos da agropecuária.

“É uma queda generalizada das nossas importações e muito mais forte que nossas exportações, que estão sendo impulsionadas pelo agronegócio”, afirmou o secretário de Comércio Exterior do Ministério da Economia, Lucas Ferraz.

“Isso em muito tem a ver

com a dinâmica interna da economia brasileira, que ainda se encontra em processo de recuperação”, completou. Já as exportações somaram 19,6 bilhões de dólares, queda de 2,9% sobre igual mês do ano passado pela média diária.

Segundo dados do ministério, os volumes vendidos subiram em todas as três categorias analisadas —agropecuária, indústrias extrativas e indústrias de transformação. Mas os preços sofreram recuo significativo nas indústrias extrativas e de transformação, levando o desempenho geral para o campo negativo.

Em junho, as trocas comerciais haviam ficado positivas em 7,5 bilhões de dólares, outro saldo expressivo, também sob o impacto da queda das importações.

No acumulado de janeiro a julho, a balança brasileira ficou superavitária em 30,4 bilhões de dólares, acima dos 28,1 bilhões de dólares de igual período do ano passado.

Para o ano, o Ministério da Economia prevê um superávit de 55,4 bilhões de dólares para as trocas comerciais, acima do saldo de 48,1 bilhões de dólares no ano passado, estimativa que foi atualizada em junho.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 04/08/2020	Caderno: Notícias



Terça, 04 de Agosto de 2020 - 06:40

Entenda o que muda com a nova especificação da gasolina

por Nicola Pamplona | Folhapress



A partir desta segunda (3) toda a gasolina vendida pelas refinarias brasileiras ou importada para o país deve atender a novas especificações de qualidade aprovadas em janeiro com o objetivo de melhorar a eficiência do combustível vendido no Brasil.

Distribuidoras e postos ainda terão prazo para eliminar os estoques de gasolina antiga, com o prazo de final de 3 de novembro para o fim da venda da gasolina antiga.

Com melhor qualidade, a nova gasolina é mais cara --importadores falam que estão pagando R\$ 0,07 a mais por litro-- mas o governo defende que o ganho de eficiência nos motores pode compensar o aumento de custos. A Petrobras já vem produzindo num padrão ainda superior, previsto para entrar em vigor apenas em janeiro de 2022.

Entenda o que muda com as novas especificações:

Massa específica ou densidade

A legislação brasileira não estabelecia limite mínimo de densidade, permitindo a produção ou importação de gasolinas mais "leves" ou com compostos químicos que reduzem o rendimento. A adoção de uma densidade mínima significa que a gasolina terá uma quantidade maior de energia por litro, explica o diretor de Combustíveis da AEA (Associação Brasileira de Engenharia Automotiva), Rogério Gonçalves.

"O motor transforma a energia química do combustível na energia mecânica do movimento. Quanto mais energia química tem, mais energia mecânica, você tem", afirma ele. Testes feitos pela Petrobras indicam que a nova especificação brasileira reduz o consumo por litro entre 4% e 6%.

Curva de destilação

As novas especificações definem uma nova curva de destilação, que indica a temperatura em

que frações mais leves da gasolina evaporam. A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) estreitou esse curva, o que torna mais uniforme o padrão da gasolina vendida no país.

"A curva mais fechada faz com que a composição da gasolina não varie tanto", diz o diretor técnico da Anfavea (Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores), Henry Joseph Junior.

Octanagem RON

A ANP estabeleceu também um mínimo de 92 para o indicador de octanagem RON (que mede a resistência a detonação em giro baixo). Antes, o Brasil só tinha limites para a octanagem do topo MON (calculada com giro alto) e para o IAD (Índice Antidetonante), que é uma média dos dois.

Segundo o diretor da Anfavea, a definição de octanagem RON facilita o ajuste dos novos motores, que hoje saem de fábrica com uma grande folga para reduzir o risco de quebra por detonações fora de hora. "Na medida em que começa a confiar que ai ter uma octanagem melhor, [a montadora] começa a fazer motores com desempenho melhor."

O que muda na prática?

Para veículos já em circulação, dizem os especialistas, a principal diferença está na melhor densidade, que pode tornar os carros mais eficientes. Gonçalves, da AEA, acredita que a eletrônica dos motores flex podem reconhecer também a melhor octanagem e melhorar o desempenho dos motores.

Para novos veículos, as medidas melhoram também a possibilidade de ajuste nos motores para que tenham um desempenho mais adequado à nova gasolina. "Agora o projetista vai poder ajustar os carros com uma performance que ele não poderia fazer antigamente", reforça Joseph Junior.

Vai ter aumento de preço?

A Petrobras admite que o produto é mais caro, mas diz que a variação dos preços da gasolina depende também das oscilações no mercado internacional, da taxa de câmbio e de custos de frete. Assim, diz a companhia, a mudança não será determinante na composição final do preço.

Importadores que abastecem cerca de 20% do mercado dizem, porém, que estão pagando R\$ 0,07 a mais por litro na compra de gasolina de melhor qualidade para trazer ao Brasil. A média ocorre, porém, num período de baixa nas cotações internacionais, que levaram a Petrobras a cortar em 4% o preço da gasolina na última sexta (4).

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 03/08/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 03 de Agosto de 2020 - 20:00

Balança comercial tem superávit recorde de US\$ 8,06 bilhões em julho



A balança comercial brasileira bateu recorde pelo segundo mês consecutivo. Em julho, o país exportou US\$ 8,06 bilhões a mais do que importou, segundo dados divulgados nesta segunda-feira (3), pela Secretaria de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia.

Esse é o maior superávit para o mês desde o início da série histórica, em 1989. Ao todo, foram exportados US\$ 19,56 bilhões em julho, enquanto o total de produtos e serviços importados fechou em US\$ 11,50 bilhões, de acordo com a Agência Brasil.

Os principais fatores para o resultado foram o bom desempenho dos produtos agropecuários - impulsionados pela maior demanda de países asiáticos e o real desvalorizado -, e a queda generalizada nas importações, como efeito da crise econômica causada pela pandemia de Covid-19.

Mesmo com o recorde no superávit da balança comercial, as exportações no mês passado foram 2,9% menores do que em julho do ano passado, quando foram adquiridos do exterior US\$ 20,2 bilhões em produtos. Já a queda nas importações foi bem mais acentuada: o país comprou 35,2% menos em julho deste ano na comparação com o mesmo mês em 2019, pela média diária.

No acumulado do ano, as exportações brasileiras estão 6,4% menores do que no mesmo período (janeiro a julho) de 2019. No caso das importações, o recuo nos primeiros sete meses do ano é ainda maior, de 10,5%, na comparação com o mesmo período do ano passado. A expectativa para o governo federal é que as exportações brasileiras caiam mais de 10% em 2020 e as importações sejam reduzidas em 17%.

"Temos que ter em mente que estamos vivendo uma crise. Em momentos de crise, é normal que as importações caiam e que você tenha excedentes exportáveis e que faça com que a

balança comercial atinja saldos interessantes", afirmou Lucas Ferraz, secretário de Comércio Exterior do Ministério da Economia.

Segundo ele, o objetivo do governo não é obter superávits na balança comercial, mas aumentar de forma equilibrada tanto as importações quanto as exportações.

"O mais importante para o país é uma balança comercial onde exportações e importações crescem de forma equilibrada. No longo prazo, o nosso objetivo continua sendo, via aumento da inserção internacional da economia brasileira, aumentar a corrente de comércio: as importações e as exportações. Não existe grande exportador que não seja grande importador", acrescentou.

Apesar da queda nos valores exportados, por causa da desvalorização do real frente ao dólar, o volume de produtos vendidos pelo país em julho deste ano cresceu em relação ao mesmo período do ano passado, especialmente no setor de agropecuária, cujo aumento foi de 21,1%.

O que tem puxado esse desempenho, segundo os dados da balança, é a venda de soja, cujo valor cresceu 35,2% nos sete primeiros meses desse ano, na comparação com o mesmo período do ano passado. O volume exportado foi ainda maior: 38,2% de aumento na mesma comparação. A demanda tem vindo principalmente de países asiáticos, como a China, que registrou um aumento de 15,4% na compra de produtos brasileiros na comparação entre 2020 (janeiro-julho) e 2019 (janeiro-julho). Por outro lado, o milho e o café registraram queda nas exportações, de forma geral, na comparação deste ano com 2019, até agora.

Na indústria extrativa, o volume exportado de petróleo cresceu 40,5% de janeiro a julho de 2020, na comparação com o mesmo período do ano anterior, mas como o preço do produto está em queda no mercado internacional, houve redução de 10,5% nas vendas (em valores). Já o minério de ferro apresentou redução tanto no volume (-9%) quanto no valor das vendas (-4,3%).

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 03/08/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 03 de Agosto de 2020 - 19:09

Juazeiro: Governo estadual abre 10 novos leitos de UTI no Hospital Regional



O governo da Bahia abriu, nesta segunda-feira (3), no Hospital Regional de Juazeiro (HRJ), 10 novos leitos de UTI dedicados ao tratamento de pacientes com diagnóstico de coronavírus (Covid-19). No total, o município de Juazeiro alcança 74 leitos sob gestão estadual, entre clínicos e de terapia intensiva, distribuídos entre o HRJ e a Promatre.

De acordo com o secretário estadual da Saúde, Fábio Vilas-Boas, a unidade receberá pacientes a partir de amanhã. "O principal esforço do governador Rui Costa frente a pandemia é ampliar e descentralizar o atendimento aos pacientes graves. Dessa forma, reduzimos a necessidade de deslocamento dos pacientes e ampliamos a resolutividade da rede de saúde", afirma o secretário.

Segundo a Secretaria Estadual de Saúde (Sesab), até o final do mês serão entregues 20 novos leitos de UTI no Hospital Regional de Juazeiro. Atualmente, a macrorregião norte conta com 146 leitos, entre clínicos e de terapia Intensiva, exclusivos à Covid-19, nos municípios de Juazeiro, Remanso, Paulo Afonso e Senhor do Bonfim.

Veículo: Política Livre	
Data: 04.08.2020	Caderno: Economia



Rui Costa diz que pediu acesso à vacina contra coronavírus da Rússia: ‘Temos crença nas instituições’

BAHIA

O governador Rui Costa (PT) declarou, em entrevista à TV Bahia na tarde desta segunda-feira (3), que pediu à embaixada da Rússia no Brasil que o estado receba testes e doses da vacina contra o coronavírus anunciada pelo país.

“Tivemos uma reunião pela internet com o embaixador da Rússia na semana passada demonstrando interesse da Bahia e do Nordeste tanto para ajudar como para participar do processo de vacinação”, afirmou o chefe do Executivo baiano.

“Não temos certeza das datas, mas formalizamos através de uma correspondência. Fizemos contato com a China para participar também dos testes da China”, revelou Rui.

A população do país europeu deve começar a ser vacinada em outubro. “Tem uma norma rígida internacional que controla os testes de vacinas. Todas as instituições estão submetidas a isso. Temos crença nas instituições”, disse.

“O rigor é grande. Toda humanidade usará e poderá ter os benefícios e prejuízos da vacina. Todas as nações estão em uma corrida e queremos participar dos testes com toda a segurança”, ressaltou Rui.

Veículo: Política Livre	
Data: 04.08.2020	Caderno: Economia



Governo da Bahia abre dez novos leitos de UTI para Covid-19 em Juazeiro

BAHIA

O Governo da Bahia abriu nesta segunda-feira (3), no Hospital Regional de Juazeiro (HRJ), no norte do estado, dez novos leitos de UTI dedicados ao tratamento de pacientes com diagnóstico de coronavírus (Covid-19). No total, o município de Juazeiro alcança 74 leitos sob gestão estadual entre clínicos e de Terapia Intensiva, distribuídos entre o HRJ e a Promatre, e reduz a taxa de ocupação para apenas 55%.

De acordo com o secretário da Saúde do Estado, Fábio Vilas-Boas, a unidade receberá pacientes a partir desta terça (4). “O principal esforço do governador Rui Costa frente a pandemia é ampliar e descentralizar o atendimento aos pacientes graves. Dessa forma, reduzimos a necessidade de deslocamento dos pacientes e ampliamos a resolutividade da rede de saúde”, afirma o secretário.

Outra boa notícia é que até, o fim do mês, serão entregues 20 novos leitos de UTI no Hospital Regional de Juazeiro. Atualmente, a macrorregião Norte possui 146 leitos entre clínicos e de Terapia Intensiva exclusivos para pacientes com a Covid-19, nos municípios de Juazeiro, Remanso, Paulo Afonso e Senhor do Bonfim.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 04/08/20	



GOVERNO BOLSONARO SEPARA R\$ 1,9 BI PARA COMPRA DE VACINA DE OXFORD



admin 4 Agosto, 2020

O Ministério da Saúde anunciou que estuda uma medida provisória (MP) para viabilizar as 100 milhões doses da vacina de Oxford contra a Covid-19 no Brasil. A proposta prevê um crédito orçamentário extraordinário de R\$ 1,9 bilhão. Crédito extraordinário é uma modalidade de crédito feita para que o governo possa atender despesas urgentes e imprevisíveis – como em caso de guerra ou durante um estado de calamidade pública. Ele só pode ser pedido e autorizado com a aprovação de uma medida provisória. As MPs são editadas pelo governo e têm força de lei assim que publicadas, mas precisam do aval do Congresso em até 120 dias.

Segundo o Ministério da Saúde, o valor será gasto desta forma:

- R\$ 1,3 bilhão para pagamentos à AstraZeneca, previstos no contrato de Encomenda Tecnológica
- R\$ 522,1 milhões para produzir a vacina na Fiocruz/Bio-Manguinhos
- R\$ 95,6 milhões para absorção da tecnologia pela Fiocruz

O secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Hélio Angotti Neto, disse em entrevista coletiva que o acordo deve ser assinado até 14 de agosto e que a MP “já se encontra em estudo no Ministério da Economia”. Representantes do governo federal e a AstraZeneca assinaram na sexta-feira (31) um documento que dará base para o acordo de parceria na elaboração de uma vacina contra a Covid-19.

A AstraZeneca é a segunda maior farmacêutica do Reino Unido e atua junto com a Universidade de Oxford na pesquisa da vacina batizada de ChAdOx1, em teste no Brasil.

Segundo do Ministério da Saúde, o acordo prevê o início da produção da vacina no Brasil a partir de dezembro deste ano. “É garante total domínio tecnológico para que Bio-Manguinhos tenha condições de produzir a vacina de forma independente”, diz o governo. A vacina produzida por Bio-Manguinhos será distribuída pelo Programa Nacional de Imunização (PNI), que atende o Sistema Único de Saúde (SUS).

Dados preliminares da fase clínica da vacina mostram que ela é segura e que induziu a produção de anticorpos para o coronavírus. Alguns dos voluntários relataram, no entanto, inchaço ao redor da injeção, febre e dores musculares, que são esperadas para vacinas deste tipo. A vacina desenvolvida pela Universidade de Oxford é feita a partir de uma versão enfraquecida do adenovírus que causa resfriado em chimpanzés. Ele é alterado geneticamente para carregar os traços da proteína S do coronavírus, responsável por acoplar o invasor nas células humanas.

A ChAdOx1 está na sua terceira e última fase de testes em humanos. É somente na fase 3, com um número maior de participantes, que a eficácia da vacina é comprovada. Um grupo de milhares de voluntários é avaliado antes de se considerar a comercialização em larga escala. No Brasil, ao menos cinco mil voluntários participam dos ensaios clínicos da vacina. Eles estão distribuídos em três centros de pesquisa: São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. Neste momento, a imunização é aplicada em trabalhadores da saúde e pessoas com alta exposição ao vírus.

Pesquisadores ligados à farmacêutica AstraZeneca, que desenvolve a imunização em parceria com Oxford, explicaram que a estratégia mais provável para a aplicação desta vacina é baseada em duas doses. Outras formas como uma dose única ou doses menos fortes são testadas também. Ainda é incerto que a vacina de Oxford pode produzir imunidade à longo prazo. Estudos recentes indicaram que o número de anticorpos gerados por uma infecção pelo novo coronavírus cai de dois a três meses depois de o paciente se recuperar.

Veículo: Bocão News	Coronavírus
Data: 03/08/20	



Coronavírus

Governo calcula economia de R\$ 466 milhões com 'home office' no serviço público entre abril e junho



03 de Agosto de 2020 às 13:29 Por: Reprodução/Agência Brasil Por: Redação BNews 0 comentários

A transferência de mais da metade dos servidores públicos para o regime de home office, em virtude da pandemia do novo coronavírus, proporcionou ao governo uma economia na ordem dos R\$ 466,4 milhões entre abril e junho.

É o que revela um levantamento realizado pelo jornal O Globo e publicado nesta segunda-feira (3). Atualmente, cerca de 360 mil servidores públicos estão trabalhando remotamente. De acordo com o Ministério da Economia, os itens em que houve redução de gastos vão de passagens aéreas até gastos com cópias de documentos e envios de correspondências.

A maior economia foi verificada nos gastos com viagens. No período, os gastos com deslocamento foram de R\$ 130,9 milhões. O montante representa uma redução de R\$ 271,4 milhões em relação ao mesmo período de 2019.

Na sequência, os gastos com energia elétrica despontam como a segunda maior economia, com queda de R\$ 127,9 milhões. Já a redução de despesas com Correios foi de R\$ 48,7 milhões. As reduções de gastos com água e esgoto

- R\$ 13,2 milhões - e com cópias e reproduções - R\$ 5 milhões - completam o rol de itens monitorados pela pasta.

Também de acordo com a publicação, embora exista a expectativa de redução no número de servidores trabalhando a distância após a pandemia, parte da redução de gastos deve permanecer. “Nossa meta é continuar nesse caminho, após o retorno à normalidade” afirma Cristiano Heckert, secretário de Gestão do Ministério da Economia.



[CAPA \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/CAPA\)](https://www.bahiaja.com.br/capa) [ÚLTIMAS NOTÍCIAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ULTIMASNOTICIAS\)](https://www.bahiaja.com.br/ultimasnoticias)

[MIUDINHAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/TASSOFRANCO/MIUDINHAS\)](https://www.bahiaja.com.br/tassofranco/miudinhas) [COLUNISTAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/COLUNISTAS\)](https://www.bahiaja.com.br/colunistas)

[ARTIGOS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ARTIGOS\)](https://www.bahiaja.com.br/artigos) [FALE CONOSCO \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/FALECONOSCO\)](https://www.bahiaja.com.br/faledonosco)

ter?a-feira, 04 de agosto de 2020

POLÍTICA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/POLITICA](https://www.bahiaja.com.br/politica))

ZABELLI VOLTA A AMEAÇAR RUI COSTA E DIZ QUE A BAHIA JÁ RECEBEU R\$3 BI

A deputada precisa detalhar esses recursos com documentos

Tasso Franco , da redação em Salvador | 03/08/2020 às 18:47



Carla Zambelli

Foto:

A deputada Carla Zambelli (PSL) voltou à carga contra o governador Rui Costa (PT) e a imprensa baiana - alguns blogs, sites, jornais, rádios e TVs - inclusive colocando no novo video imagens desses blogs, que ela diz defensores do governador porque recebem verbas de publicidade, dizendo que ao invés de R\$800 milhões que o governador federal enviou a Bahia para cobrir custos da pandemia do coronavirus, o que foi desmentido pela Sefaz dizendo que o valor foi de R\$400 milhões, o governo federal já repassou à Bahia R\$3 bilhões.

E no final do video faz um alerta a Rui dizendo noutras palavras que ele não perde por esperar uma provável investigação em seu governo.

Ora, a deputada, antes de fazer qualquer acusação ao governador da Bahia (e faço a defesa de Rui, espontaneamente, pois, somos um dos sites que não recebe propaganda do estado, salvo, esporadicamente um banner eventual de caju em caju), deveria ser mais objetiva, mais detalhista para não ser novamente desmentida.

Quando disse, pela primeira vez, que o governo federal havia mandado R\$800 milhões para a Sesab precisava mostrar um documento. E, agora, quando fala em R\$3 bilhões da mesma forma.

Há recursos que são constitucionais com obrigatoriedade de repasses na saúde e na educação, só para citar dois deles. Então, nesses R\$3 bilhões estão esses recursos? (TF)



(<https://www.bahiaja.com.br/enviarnoticia?idEditoria=12&idNoticia=127463>)

MAIS NOTÍCIAS



(<https://www.bahiaja.com.br/politica/noticia/2020/08/03/bares-e-saloes-de-beleza-voltam-a-ter-chance-de-reabrirem-dia-7,127467,0.html>)

BARES E SALÕES DE BELEZA VOLTAM A TER CHANCE DE REABRIREM DIA 7

(<https://www.bahiaja.com.br/politica/noticia/2020/08/03/bares-e-saloes-de-beleza-voltam-a-ter-chance-de-reabrirem-dia-7,127467,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/politica/noticia/2020/08/03/bares-e-saloes-de-beleza-voltam-a-ter-chance-de-reabrirem-dia-7,127467,0.html>)

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias_debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Declaração sobre a candidatura norte-americana à presidência do BID

Anúncio viola compromisso que prevê indicação por país latino-americano

Comprometidos com o desenvolvimento da América Latina, alertamos os governos membros do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) para a irreversibilidade das consequências negativas da indicação pelo governo Donald Trump à presidência do banco de Mauricio Claver-Carone, cidadão norte-americano integrante do Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca.

A indicação de um cidadão norte-americano viola o compromisso não escrito assumido no momento da instituição do BID, em 1959, em função de proposta do presidente Juscelino Kubitschek, no contexto da Operação Pan-Americana. Decidiu-se então que a sede do banco seria em Washington, mas a presidência deveria recair em pessoa indicada por um país latino-americano, prática jamais contrariada em 60 anos de operação do banco.

Infelizmente, a atual iniciativa de violação do precedente conta com a cumplicidade do governo brasileiro, atropelado pela manobra quando se preparava a reivindicar a presidência do BID para um candidato de nosso país. Em lugar de defender a legitimidade da aspiração do Brasil, que nunca ocupou o posto no passado, o governo brasileiro apressou-se a apoiar a abusiva iniciativa, em contraste com as reações de protesto de significativa parcela da opinião pública latino-americana.

Entregar a chefia do órgão a um cidadão norte-americano representa grave retrocesso na luta por maior equilíbrio e representatividade na direção de organismos econômicos multilaterais e regionais como o FMI, o Banco Mundial e congêneres. Levando em conta que o governo Trump recentemente indicou o presidente do Banco Mundial, os dois principais órgãos de financiamento ao desenvolvimento da América Latina passarão sob o controle do governo norte-americano, deixando os governos da região expostos a pressões indevidas.

Além disso, o indicado pela Casa Branca tem sido nas duas últimas décadas o principal lobista registrado do setor cubano-americano mais intransigente, opositor de to-

das as tentativas de normalização e diálogo para a solução das crises regionais. Duramente atingido pela pandemia, a última coisa de que necessita o continente é ter os recursos de que precisa para sua recuperação condicionados à introdução de critérios político-ideológicos.

A eleição do novo presidente deverá ocorrer na reunião do BID prevista para realizar-se na Colômbia no próximo mês de setembro. A prudência e o bom senso recomendam evitar criar o caso consumado da escolha precipitada, dois meses apenas antes das eleições presidenciais nos Estados Unidos, de um funcionário com posições opostas às de uma eventual mudança no governo de Washington.

[...]

Levando em conta que o governo Trump recentemente indicou o presidente do Banco Mundial, os dois principais órgãos de financiamento ao desenvolvimento da América Latina passarão sob o controle do governo norte-americano, deixando os governos da região expostos a pressões indevidas

O senador Patrick Leahy (D-Vt), principal representante do Partido Democrata e vice-presidente do Comitê do Senado que aprova as contribuições ao BID, deixou claro que a indicação de Claver-Carone não atende aos interesses latino-americanos nem aos dos EUA e que, no caso de eleição de Joe Biden, a situação não seria positiva para o banco. Acrescentou que o candidato é "controvertido e possui mentalidade em relação a os problemas regionais totalmente incompatível com o BID".

À luz desses fatos, apelamos aos governos dos 26 membros latino-americanos e caribenhos e aos dos 22 países contribuintes, mas não destinatários de empréstimos do BID, que tomem a iniciativa de adiar a eleição do presidente do banco pelo período de seis meses. Nesse intervalo, exortamos a que se conduzam gestões para a indicação de uma candidatura expressiva da América Latina.

Lembramos que numerosos personalidades representativas dos países latino-americanos manifestaram oposição à iniciativa, entre as quais cinco ex-presidentes (Fernando Henrique Cardoso, Brasil; Ricardo Lagos, Chile; Juan Manuel Santos, Colômbia; Ernesto Zedillo, México; e Júlio Maria Sanguinetti, Uruguai). A declaração dos ex-presidentes somaram-se manifestações de ex-ministros das Relações Exteriores e da Fazenda do Chile e de ex-chanceleres do Peru e da Argentina. Nesse expressivo conjunto da consciência política e moral da América Latina não poderiam faltar as vozes dos seus brasileiros devotados à defesa da integridade do BID, ao desenvolvimento econômico e social e à dignidade da América Latina:

Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente da República, ex-ministro das Relações Exteriores e ex-ministro da Fazenda; **Francisco Rezek**, **Celso Lafer**, **Celso Amorim**, **José Serra** e **Aloysio Nunes Ferreira**, ex-ministros das Relações Exteriores; **Belim Netto**, **Luiz Carlos Bresser Pereira**, **Malson da Nóbrega**, **Zélia Cardoso de Mello**, **Marcello Marques Moreira**, **Gustavo Krause**, **Paulo Haddad**, **Rubens Ricupero**, **Ciro Gomes**, **Pedro Malan**, **Guido Mantega** e **Nelson Barbosa**, ex-ministros da Fazenda e da Economia; **Roberto Mangabeira Unger**, **Samuel Pinheiro Guimarães Neto** e **Hussein Kalout**, ex-ministros da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor | leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

ENVIE PARA O PAINEL DO LEITOR SUA FOTO EM AMARELO DA CAMPANHA PELA DEMOCRACIA

STF, Lava Jato e PGR

Complicado, STF ("Fachin revoga decisão de Toffoli que autorizou PGR a acessar dados da Lava Jato", Poder). A Lava Jato foi criada para investigar Petrobras e hoje é um poder, que foi e é usado para gosto político. Justiça não pode estar ligada a nada, mas infelizmente não é o que ocorre. Todos são só políticos, com poderes de condenar culpados e eleger presidentes.

Sergio da Silva Soares (Santo André, SP)

A insegurança jurídica protagonizada pelo STF é responsável por quase todo o prejuízo que vivenciamos hoje. Não se vê respeito e seriedade nas decisões tomadas por eles. São crianças que receberam pirulito de alguém para atacar o governo vigente. E aquele que previu a morte do Teori Zavascki saib aguçando tudo.

Angelo Gutierrez (Fortaleza, CE)

Augusto Aras, aos poucos, revela para quem trabalha. Seus argumentos para controlar informações de todas as forças-tarefas, bem como dizer que é absurdo a Lava Jato ter 38 vezes mais dados do que outras operações, são vergonhosos pela má-fé. Ao não ouvir críticas dos procuradores, revela que está incorporando até trejeitos do vingativo chefe!

Francisco de Assis Faria (Belo Horizonte, MG)

Cirúrgica, Catarina Rochamonte ("O procurador sob encomenda", 3/8) desnuda o esquema na área jurídica do governo para esvaziar o combate à corrupção. Tal boneco de marionete, Aras se presta aos atos mais ridículos, como participar na "live" exibida no canal do PT, onde quase assinou inscrição na associação de advogados adversários da Lava Jato. A legitimidade de Aras na PGR sempre foi revestida de dúvidas. Sua atuação está acabando com elas.

José Dalai Rocha (Belo Horizonte, MG)

Basta! O assunto Lava Jato está consolidado. É absurdo tentarem apagar a operação que libertou o Brasil das entranhas da corrupção e do roubo descarado que tínhamos ciência, mas não comprovação.

Mauro Bilman (Belo Horizonte, MG)

Hiroshima
Mais de 130 mil foram mortos pela bomba atômica ("Sobreviventes de Hiroshima reencenam história 75 anos depois", Mundo, 2/8). Foi crime contra a humanidade que deveria também ter sido julgado pelo Tribunal de Nuremberg, pois o ataque americano visou civis, e não só militares japoneses. Nesse genocídio, EUA se igualaram aos nazistas.

Pedro Valentim (Bauru, SP)

Pandemia
No texto de Hélio Schwartzman ("A catástrofe"), sobre falha de órgãos internacionais de prever a pandemia, digo que eles têm que agir antes e procurar nichos de vírus e bactérias, como foi com Aids, ebola e, hoje, Sars-CoV-2. Sars e Mers avisaram do surgimento de mutação mortal.

Sergio Piva, patologista clínico (Maringá, PR)

Prêmio
Entusiasta por pesquisas, médico e portador de câncer, recebi com alegria "Pesquisas sobre sistema imune e relação com câncer vencem prêmio" (Saúde, 2/8). Parabéns os ganhadores do Prêmio Octavio Frias de Oliveira e a Folha por incentivarem a ciência.

José Elias Aiex Neto (Foz do Iguaçu, PR)

O bom filho...
Antonio, esqueça o psicopata ("As crônicas não escritas", Antonio Prata, 2/8). Volte já pra casa. Seu pai.

Mário Prata (Florianópolis, SC)

Márcio França
Em entrevista à Folha, ele mostrou que seu projeto para a Prefeitura de SP é vencer João Doria, para quem perdeu em 2018. À época, França usou os bens da minha produtora e não pagou. Entrei com impugnação de suas contas no TRE, fiz protesto na Justiça e tomarei outras ações!

Alberto Luchetti (São Paulo, SP)

Black is King

A Folha não entendeu o que Djamil Ribeiro explicou: para escrever sobre alguns assuntos não basta diploma, é preciso ter lugar de fala. Lília Moritz Schwarcz, representante da forma branquitude, condena a rica com que Beyoncé se manifesta visualmente e diz que "... causa estranheza (...) que a cantora recorra a imagens tão estereotipadas e crie uma África caricata". Só porque a África é pobre ela deve ser representada de forma pobre? A branquitude não pode determinar como nós, pretos, contamos nossa história ("Black is King" erra ao glamorizar a negritude com pele, brilho e cristal", Ilustrada, 3/8).

Brenda Lígia Miguel, atriz, diretora, roteirista, apresentadora, locutora, mestre de cerimônias e escritora (São Paulo, SP)

Quanta indigência intelectual desses identitários ao rebater o artigo, reduzindo tudo a falácia ad hominem. Beyoncé virou algum ser sagrado imaculado e incriável?

Antonio Freitas (Brasília, DF)

Ilustríssima
"Desafios de uma Sociedade Aberta", de Elena Landau, Fernando Schüller, Leandro Piquet Carneiro e Samuel Pessoa (Ilustríssima, 2/8), não passa de reação à análise de "Fascismo à brasileira", dos historiadores da USP (Ilustríssima, 14/6). A nossa sociedade é aberta e a prova está no debate em questão. A crítica ao capitalismo, no séc. 21, não significa ideário comunista, já ultrapassado pelo séc. 20. Capitalismo gera desigualdade social permanente, daí a necessidade da crítica. É lamentável que os articulistas tenham considerado os historiadores da USP "não intelectualmente honestos".

Paulo Cesar Ribeiro Galliez (Rio de Janeiro, RJ)

Assédio moral
Que bom que estão denunciando e tornando isso público, tem de averiguar e punir ("Sob Bolsonaro, gestão federal tem média de uma denúncia de assédio moral por dia", Poder, 3/8). Sempre foi assim, até com superiores de direita perseguidos por chefes e colegas de esquerda. Situação comum nas universidades. E não se fazia nem dizia nada. Que venha a evolução, com equidade.

Renata Moro (Curitiba, PR)

Bolsonaro não enganou ninguém. Todos sabiam. A agressividade no Congresso, inimigos "comunistas", agressão verbal a mulheres (quem merece ou não ser estuprada), fuzilamento de FHC, ditadura deveria ter matado 30 mil, mulher pode ganhar menos porque engravidou, filho morto a filho gay, vizinho gay desvaloriza imóvel, quilombolas com peso em arrouba. A atitude de perseguição e assédio moral não deve assustar ninguém. O Brasil colhe o que plantou nas eleições.

Bianca Moreira (Brasília, DF)

#UseAmarelo pela democracia



Thiago Ferraz de Arruda

Amarelos que alimentam de esperança na liberdade e na democracia.
Thiago Ferraz de Arruda (São Paulo, SP)

ERRAMOS
eramos@grupofolha.com.br

SAÚDE 30 JUL, PÁG. B1 A cidade de Campina Grande fica na Paraíba, e não na Bahia, como dito em "Caso único, Brasil passa de 200 mortes de grávidas e puérperas por Covid-19".

O MEC não sai do lugar

Tragédia anunciada: sem planejamento e gestão, os resultados serão pífios

Arnaldo Niskier

Professor, jornalista, membro da Academia Brasileira de Letras (ABL) e presidente do Conselho de Integração Empresa-Escola Rio (CIEE-RJ)

Estamos com um número incrível de analfabetos. O Ministério da Educação, teoricamente, tem uma Política Nacional de Alfabetização (PNA), mas, na prática, o assunto não evoluiu. Ainda discutimos questões de método, debatendo virtudes ou defeitos do que chamamos de fônico, que é um modelo que privilegia a associação entre letras e fonemas.

Há mais de 40 anos não havia essa dúvida. O programa do livro didático aprovou uma cartilha, com o nome de "Davi, meu amiguinho", de autoria da professora Eunice Alves, produzida pela Bloch Editores, que adotava, com muito sucesso, o método fônico. Depois disso, o processo sofreu uma tremenda regressão. Em consequência, nossas crianças chegam ao 3º ano do ensino fundamental com sinais claros de que não haviam sido devidamente alfabetizadas. Nada evoluirá corretamente sem a participação devida de estados e municípios, hoje ausentes do processo. A capacidade de coordenação do MEC é praticamente nula.

Temos no papel o chamado "Plano Nacional de Educação". E inacreditável como os seus 20 temas estão sendo desconsiderados nos meios oficiais, como se pudessem nave-

gar neste mar revolto sem bússola. A alfabetização é apenas um dos itens, de maior ou menor relevância, mas temos outros para pautar. Com o pormenor agravamento, depois da pandemia de Covid-19, de que os recursos, que já eram escassos, vão rarear ainda mais.

[...]

Não existe uma política de formação docente sistemática. Na verdade, falta minimamente articulação entre secretarias estaduais e municipais de Educação e os órgãos do MEC envolvidos no assunto, como é o caso do Inep. Tudo é levado de forma periférica, sem o aprofundamento devido

Vamos precisar de um robusto Plano Marshall para a nossa recuperação econômica. Mas o curioso é que, do grupo constituído pelo governo Jair Bolsonaro, não são conhecidos os grandes especialistas que cuidarão da educação, como se ela não tivesse importância.

Como se dará a transição para a fase em que se deverá adotar um sistema híbrido de ensino, harmonizando o presencial com o virtual? Haverá professores para isso tudo? Bem preparados?

Não existe uma política de formação docente sistemática. Na verdade, falta minimamente articulação entre secretarias estaduais e municipais de Educação e os órgãos do MEC envolvidos no assunto, como é o caso do Inep. Tudo é levado de forma periférica, sem o aprofundamento devido.

O atendimento a deficientes se faz de modo precaríssimo, e a formação de professores para atender ao ensino médio é uma das nossas grandes vulnerabilidades. Sem o planejamento e a gestão devida, mesmo que se consiga o milagre de levantar recursos financeiros, do jeito que as coisas caminham os resultados serão pífios. Uma tragédia anunciada.



Fila para atendimento em agência da Caixa em São Paulo Rubens Cavallari - 28. jul.2020 /Folhapress

Por pressão, governo estuda prorrogar auxílio emergencial até dezembro

Paulo Guedes defende um valor menor, de R\$ 200, mas redução dependeria de aval do Congresso; benefício demanda R\$ 254,2 bi

Fábio Pupo

BRASÍLIA O Ministério da Economia avalia que o auxílio emergencial pode ser estendido até dezembro.

Embora membros da pasta mencionem preocupação com o impacto fiscal da medida, há o entendimento que pressões políticas podem levar à prorrogação.

O auxílio emergencial já demanda R\$ 254,2 bilhões e representa a medida mais cara do pacote anticrise.

O programa foi criado para durar apenas três meses, com valores concedidos em abril, maio e junho. Depois, foi prorrogado por dois meses (até agosto).

A equipe econômica sempre defendeu que a medida fosse temporária e não se prolongasse, mas a partir de maio amenizou o discurso e passou a admitir extensões (embora defendendo valores menores do benefício).

O ministro Paulo Guedes (Economia) defende um valor de R\$ 200. Ele entende que esse valor representa aproximadamente a média recebida na Bolsa Família, e que portanto o auxílio não poderia ser maior do que isso.

No entanto, Guedes já defendia uma redução para R\$ 200 em maio caso a medida fosse prorrogada, e o governo estendeu o auxílio por mais dois meses mantendo a quantia de R\$ 600.

A prorrogação do benefício pelo valor de R\$ 600 dispensa um novo aval (e possível derrota) no Congresso. Isso porque o texto que o criou permite a extensão por ato do Executivo, mas mantendo os valores previstos na proposta

(de R\$ 600 ao mês).

Desde que foi desenhado, para durar três meses, o auxílio emergencial é alvo de interesse no mundo político, principalmente em torno dos valores concedidos.

O valor de R\$ 600 só foi alcançado após embates entre Executivo e Legislativo durante a formatação da proposta.

Guedes propôs inicialmente uma quantia de R\$ 200 e o Congresso pressionou por uma elevação para R\$ 500. Depois, o governo elevou para R\$ 600 para ficar com a paternidade do valor concedido.

Apesar disso, o ministro Paulo Guedes considera que a disputa prejudicou o formato do auxílio, porque a medida poderia durar mais se tivesse um valor mais baixo.

Caixa divulga datas de pagamento de novos aprovados

Larissa Garcia

BRASÍLIA Com mais 805 mil aprovados no cadastro do auxílio emergencial, a Caixa Econômica afirmou, nesta segunda-feira (3), que o número de beneficiários chegou a 66,5 milhões de brasileiros, o equivalente a mais de 30% da população.

Estes receberão, pelo aplicativo, a primeira parcela do benefício a partir desta quarta-feira (5), conforme data de nascimento.

Já o saque em dinheiro poderá ser feito a partir de 8 de agosto, também segundo cro-

CALENDÁRIO DE RECEBIMENTO NO APP DO NOVO LOTE DO AUXÍLIO

Janeiro a maio 5 de agosto

Junho 7 de agosto

Julho 12 de agosto

Agosto 14 de agosto

Setembro 17 de agosto

Outubro 19 de agosto

Novembro 21 de agosto

Dezembro 26 de agosto

CALENDÁRIO DE SAQUE EM DINHEIRO

Janeiro a abril 8 de agosto

Maio 13 de agosto

Junho 22 de agosto

Julho 27 de agosto

Agosto 1º de setembro

Setembro 5 de setembro

Outubro 12 de setembro

Novembro 17 de setembro

Dezembro 26 de agosto

nograma. A Caixa adotou a sistemática para evitar filas e para tentar diminuir a demanda por papel moeda.

Quem recebe qualquer benefício pela conta digital da instituição, precisa esperar alguns dias para retirar o dinheiro em espécie. Nesse período, é possível realizar compras em débito com o cartão virtual ou por QR Code.

Ao todo, o governo pagou R\$ 145,9 bilhões com o programa emergencial.

"Reafirmamos que não há necessidade de se chegar à agência cedo, antes que ela abra, para o recebimento do benefício", disse o presidente da Caixa, Pedro Guimarães.

Além disso, 345 mil de pessoas tiveram o cadastro liberado em reavaliação cadastral feita pelo Ministério da Cidadania.

Estes, que tiveram a conta bloqueada por suspeita de fraude e tiveram de comprovar identidade, receberam as parcelas três e quatro do benefício. Aqueles que tiveram o cadastro liberado seguirão o mesmo calendário de recebimento dos novos beneficiários.

A Caixa também divulgou que R\$ 42,5 milhões já foram antecipados em parcelas do saque- aniversário do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). Ao todo, foram 12,3 mil contratos.

A instituição criou, em 23 de julho, uma linha de crédito para antecipar até três parcelas do saque- aniversário do FGTS.

Quem optou pela modalidade pode pegar o empréstimo à taxa de 0,99% ao mês.

O valor mínimo para contratação é de R\$ 2.000.

PAINEL S.A.

Joana Cunha

painelsa@grupofolha.com.br

Tiro de meta

O Procon-SP vai notificar o Hospital Albert Einstein pedindo explicações sobre o erro nos resultados de 26 testes para detectar coronavírus aplicados em jogadores e estafe do Red Bull Bragantino antes do jogo contra o Corinthians pelas quartas de final do Paulista. Os exames, que deram falso positivo, foram corrigidos a tempo da partida, mas os atletas ficaram prejudicados porque não puderam treinar. O Einstein atribuiu o problema ao reagente importado.

PRIMEIRO TEMPO Procurados pela coluna, o Albert Einstein e a Anvisa não revelaram o nome do fabricante do reagente que provocou o resultado contrário nos testes, detectando coronavírus em pessoas saídas.

CHUTEIRA "A fabricante foi imediatamente notificada e os lotes com desempenho atípico foram retirados da rotina de exames do laboratório do hospital. O Einstein reprocessou todos os lotes de exames realizados com estes primers [reagentes], identificou divergências adicionais e comunicou o resultado aos pacientes", diz o hospital em nota.

PRORROGAÇÃO O Procon-SP também questiona qual é o risco de que outras pessoas que se submeterem ao procedimento também recebam resultado errado. Além dos 26 testes do Bragantino, outros exames de 44 pacientes deram problema e foram refeitos.

AMPULHETA O Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) tem incentivado o consórcio formado entre a Vivo, a Claro e a Tim, que se uniu para tentar comprar a operação de telefonia móvel da Oi, para que o trio faça uma pré-notificação de suas intenções ao órgão.

CONCENTRADO Lembrando que a ideia de uma aquisição da Oi pelas três grandes do setor não agrada muita gente dentro do Cade, a iniciativa seria útil para permitir que o órgão estude o caso a fundo logo de uma vez.

RELÓGIO Se realmente não for possível liberar a compra, a proposta do consórcio já sairia do horizonte, abreviando meses de sofrimento para a Oi, que em 2016 pediu recuperação judicial com dívidas de R\$ 65 bilhões.

TEMPO Uma eventual tentativa de aquisição pelo trio Vivo, Claro e Tim levaria de oito meses a um ano para ser analisada, segundo estimativas de especialistas em concentração de mercado. Por outro lado, a análise de uma transação com uma nova entrante, como a Highline, que chegou na disputa, poderia ser feita em duas semanas.

AQUECIMENTO Músicos, profissionais da dança e da área técnica do entretenimento marcam uma manifestação com um carro de som na frente da Assembleia Legislativa de São Paulo para a tarde de quinta-feira (6). O protesto vai ser liderado pela Anafima (Associação Nacional dos Fabricantes de Instrumentos Musicais).

PALCO A categoria, que deve ser uma das últimas a voltar à normalidade após a crise do coronavírus, vai pedir para elevar a participação de representantes das parcerias e de minorias nos editais de fomento à cultura durante a pandemia, além da liberação de apresentações em bares e restaurantes.

MICROFONE E MÁSCARA Os artistas também pedem um protocolo para permitir a retomada das fanfaras e bandas marciais e a ampliação da reabertura dos cursos livres de música, já liberados na capital paulista, para o restante do estado.

FIQUE EM CASA O Ministério das Comunicações resolveu adiar a volta ao trabalho presencial dos servidores que não fazem parte do grupo de risco. O retorno estava previsto para a próxima segunda-feira (10) mas foi adiado para o dia 8 de setembro. A pasta deverá fazer um rodízio entre os servidores que ficarão em regime de home office.

TERMÔMETRO Com a mudança no cronograma, o ministério incluiu na lista dos que poderão continuar em casa os servidores que têm filhos em idade escolar e que precisem da presença de um dos pais enquanto as escolas seguem fechadas, e quando houver apenas um adulto na residência.

DOAÇÃO A ABCR (Associação Brasileira de Captadores de Recursos) passará a representar um programa do fundo global de doações Giving Tuesday's Starling Collective, que vai distribuir até US\$ 250 mil no Brasil para iniciativas que promovam a generosidade. Segundo a entidade, a primeira rodada deve alcançar ao menos 50 projetos com valores de US\$ 2.500 a US\$ 7.500.

com Filipe Oliveira

INDICADORES

JUROS



CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Autônomo, empregador e facultativo	Valor mín.	R\$ 1.045	20%	R\$ 209	Valor máx.	R\$ 6.101,06	20%	R\$ 1.220,21
MEI (Microempreendedor)	Valor mín.	R\$ 1.045	5%	R\$ 52,25				
Assalariado	Até R\$ 1.045		Alíquota 7,5%					
	De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60		9%					
	De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40		12%					
	De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06		14%					

*O prazo da competência de julho vence em 20 ago para empresas; para pessoas físicas, vence em 15 ago. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro para empresas

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Alíquota, em %	Deduzir, em R\$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o plano de capital e Grande SP

Empregado	De 7,5%	97,04	Máximo em R\$ 713,09
Empregador	20%	250,50	1.220,21

*O prazo para o padrão da doméstica vence em 20 ago. A guia de pagamento dos patrocínios inclui a contribuição ao INSS do empregador e da doméstica, o FGTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS da doméstica pode ser descontada de seu salário. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro

BNDES seleciona fundos para oferecer até R\$ 6 bilhões a pequenas e médias empresas

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) pré-selecionou 12 propostas para a oferta de crédito por fintechs, maquininhas de cartões ou sites de redes de varejo, em um programa para tentar ampliar as fontes de financiamento a pequenas e médias empresas no país.

O BNDES entrará com até R\$ 4 bilhões e os fundos escolhidos têm potencial para emprestar até R\$ 6,1 bilhões.

Das 12 propostas iniciais, porém, apenas 10 serão selecionadas definitivamente. Não há ainda estimativa de qual o volume final de recursos nem prazo para que o dinheiro chegue ao mercado.

"O objetivo é ter esse dinheiro no mercado o mais rápido possível", disse o diretor de Participações, Mercado de Capitais e Crédito Indireto do banco, Bruno Laskowsky, nesta segunda (3) ao anunciar o nome dos selecionados.

O banco calcula que já ter liberado mais de R\$ 30 bi-

“O objetivo é ter esse dinheiro no mercado o mais rápido possível”
Bruno Laskowsky
diretor do BNDES

lhões em créditos emergenciais após o início da pandemia, beneficiando 163 mil empresas, mas a dificuldade de acesso aos recursos é uma das principais críticas de empresários às políticas federais de socorro durante a pandemia.

O programa de oferta de crédito por meios alternativos foi anunciado em maio, como uma das medidas de socorro a empresas atingidas pela crise, mas a ideia é que seja mantido após a pandemia, como iniciativa para diversificar as fontes de crédito no país.

mercado coronavírus

Congresso deve limitar plano para tirar infraestrutura do teto de gastos

Ministros da área e do Planalto tentam, outra vez, contornar trava fiscal; Paulo Guedes é contra

Thiago Resende, Julio Wiziack e Julia Chaib

BRASÍLIA Ministros da área de infraestrutura e do Palácio do Planalto articulam com parlamentares uma forma de conseguir driblar o teto de gastos neste ano e liberar verba para obras, como saneamento e habitação, sem a trava fiscal. A manobra, porém, enfrenta resistência no Congresso e a percepção é que não vai avançar, pelo menos integralmente, no Legislativo.

A regra do teto de gastos impede o crescimento das despesas públicas acima da inflação. O plano já gerou críticas, especialmente do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RR), por prever ações que não têm ligação com preservação da saúde pública no ano marcado por perdas com a pandemia.

Mesmo mais enxuta, a proposta é rejeitada também pelo Ministério da Economia. Assessores do ministro Paulo Guedes (Economia) ressaltam que as obras seriam pagas apenas em anos posteriores, quando não deve haver a flexibilização de normas provocada pela pandemia.

Além disso, o TCU (Tribunal de Contas da União) já tem indicado que a liberação para gastos ligados à pandemia precisa ser limitada a 2020. O embate dentro do governo opõe novamente a equipe de Guedes a um grupo de ministros, como Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional), Luís Eduardo Ramos (Secretaria de Governo) e Tarcísio Gomes de Freitas (Infraestrutura).

Essa ala defende que o governo impulse investimentos públicos como forma de acelerar a recuperação eco-



Deputados discutem ordem do dia antes de votação na Câmara. Michel Jesus - 14.jul.20/Divulgação Câmara dos Deputados

nômica após a crise provocada pelo novo coronavírus.

Mas há também, segundo avaliação de integrantes do governo, um componente político. Aumentar obras, por exemplo, de gestão de recursos hídricos tem forte impacto na popularidade do governo em regiões mais pobres. Ou seja, há a chance de a medida ter efeito nas eleições, inclusive na presidencial de 2022.

Outro fator citado é o apoio político do presidente Jair Bolsonaro no Congresso, que pode se elevar diante de negociações com parlamentares para que obras públicas sejam financiadas com recursos de emendas de deputados e senadores.

Congressistas usam esse

instrumento para apadrinhar projetos e elevar seu capital político.

A nova investida, encabeçada por Marinho, é usar um projeto que já tramita na Câmara para que algumas obras sejam consideradas necessárias para enfrentar a calamidade pública causada pela Covid-19 e, assim, possam ficar livres da limitação do teto de gastos.

Uma avaliação feita com líderes do Congresso mostrou uma forte resistência à ideia de excluir projetos de habitação fora do teto, pois isso colocaria em risco a credibilidade da regra fiscal.

O plano, então, foi enxugado para uma nova tentativa de acordo entre partidos.

Maia ainda é crítico à proposta de flexibilizar a limitação das despesas.

Técnicos da equipe de Guedes argumentam que, se o Congresso burlar o teto, agências de classificação de risco poderão reduzir a nota do Brasil, afastando investidores. Portanto, eles afirmam que o investimento com dinheiro do Orçamento seria pouco em relação aos danos na imagem do país no exterior.

As tratativas com o Congresso envolvem um projeto do deputado Mauro Benevides (PDT-CE) que liberar recursos parados em fundos públicos, como fundo de garantia às exportações e fundo nacional de aviação civil, para bancar a alta de despesas

em ano de pandemia.

A proposta de Benevides é aliviar a necessidade de o Tesouro Nacional lançar novos títulos de dívida pública para financiar os gastos. A estimativa é que entre R\$ 170 bilhões e R\$ 180 bilhões sejam desvinculados dos fundos. Esse dinheiro ficou como estoque de anos anteriores.

No entanto, uma ala do governo defende que parte dessa verba seja destinada a obras públicas e que o projeto também liste projetos que podem ser executados fora da limitação do teto de gastos.

Procurado, o Ministério da Infraestrutura disse que não participa de negociações para retirar obras da limitação do teto de gastos e que a regra

fiscal deu início a uma trajetória de recuperação fiscal do país. O Ministério do Desenvolvimento Regional não comentou.

A versão original do projeto de Benevides prevê que o dinheiro seja usado em medidas já adotadas, como o auxílio emergencial (pago a trabalhadores informais e desempregados na pandemia) e ações de proteção ao emprego.

Para a equipe econômica, a mudança negociada por Marinho com o Congresso cria novas despesas e desvirtua o objetivo inicial do projeto.

Técnicos dizem acreditar que isso seria uma manobra, pois, se as despesas almeçadas pela área de infraestrutura do governo tivessem relação à pandemia, os gastos já estariam aprovados e liberados por meio de crédito extraordinário.

A regra do teto permite que despesas inesperadas sejam realizadas por crédito extraordinário. Isso foi feito, por exemplo, com o auxílio emergencial.

Outra frente de ameaça ao teto, na avaliação de especialistas, veio da própria equipe de Guedes, que propôs usar dinheiro do Fundeb (fundo de educação básica) para colocar em prática a ideia de voucher creche. O Fundeb não é limitado ao teto.

O projeto apresentado pelo Ministério da Economia a congressistas era para famílias de baixa renda receberem dinheiro e, com isso, pagarem creches privadas para os filhos. O Congresso rejeitou esse plano, mas integrantes do governo ainda não desistiram da ideia e negociam com parlamentares um projeto para permitir que recursos do Fundeb sejam vinculados ao programa social, chamado de Renda Brasil, em elaboração pelo Executivo.

Membros do time de Guedes que apresentaram a proposta negam que isso seja uma maneira de burlar o teto de gastos, pois a verba seria destinada a creches e educação infantil. Economistas, no entanto, acusam o governo de tentar realizar uma contabilidade criativa.

Saiba o que muda com nova especificação da gasolina

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO A partir desta segunda (3) toda a gasolina vendida pelas refinarias da Petrobras deve atender a novas especificações de qualidade aprovadas em janeiro com o objetivo de melhorar a eficiência do combustível vendido no Brasil. Distribuidoras e postos ainda terão prazo para eliminar os estoques de gasolina antiga, com o prazo de final de 3 de novembro para o fim da venda da gasolina antiga.

Com melhor qualidade, a nova gasolina é mais cara — importadores falam que estão pagando R\$ 0,07 a mais por litro — mas o governo defende que o ganho de eficiência nos motores pode compensar o aumento de custos. A Petrobras já vem produzindo num padrão ainda superior, previsto para entrar em vigor apenas em janeiro de 2022.

Entenda o que muda com as novas especificações:

Massa específica ou densidade A legislação brasileira não estabelece limite mínimo de densidade, permitindo a produção ou importação de gasolinas mais "leves" ou com compostos químicos que reduzem o rendimento. A adoção de uma densidade mínima significa que a gasolina terá uma quantidade maior de energia por litro, explica o diretor de Combustíveis da AEA (Associação Brasileira de Engenharia Automotiva), Rogério Gonçalves. "O motor transforma a energia química do combustível na energia



Posto de gasolina no Rio de Janeiro. Fernando Frazão - 6.mai.2020/Agência Brasil

meccânica do movimento. Quanto mais energia química tem, mais energia mecânica, você tem". Testes da Petrobras indicam que a nova especificação reduz o consumo entre 4% e 6%

Curva de destilação As novas especificações definem uma nova curva de destilação, que avalia a temperatura em que frações mais leves da gasolina evaporam. A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) estreitou esse curva, o que torna mais uniforme o padrão da gasolina vendida no país. "A curva mais fechada faz

com que a composição da gasolina não varie tanto", diz o diretor técnico da Anfavea (Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores), Henry Joseph Junior

Octanagem RON A ANP estabeleceu também um mínimo de 92 para o indicador de octanagem RON (que mede a resistência a detonação em giro baixo). Antes, o Brasil só tinha limites para a octanagem do topo MON (calculada com giro alto) e para o IAD (Índice Antidetonante), que é uma média dos dois. Segundo o diretor da Anfavea, a

definição de octanagem RON facilita o ajuste dos novos motores, que hoje saem de fábrica com uma grande folga para reduzir o risco de quebra por detonações fora de hora. "Na medida em que começa a confiar que ai ter uma octanagem melhor, [a montadora] começa a fazer motores com desempenho melhor".

O que muda na prática?

Para veículos já em circulação, dizem os especialistas, a principal diferença está na melhor densidade, que pode tornar os carros mais eficientes. Gonçalves, da AEA, acredita que a

eletrônica dos motores flex podem reconhecer também a melhor octanagem e melhorar o desempenho. Para novos veículos, as medidas melhoram também a possibilidade de ajuste nos motores para que tenham um desempenho mais adequado à nova gasolina

Vai ter aumento de preço?

A Petrobras admite que o produto é mais caro, mas diz que a variação dos preços da gasolina depende também das oscilações no mercado internacional, da taxa de câmbio e de custos de frete. Assim, diz a companhia, a mudança não será determinante na composição final do preço. Importadores que abastecem cerca de 20% do mercado dizem que estão pagando R\$ 0,07 a mais por litro na compra de gasolina de melhor qualidade

Gás natural tem corte de 22% para as distribuidoras

A Petrobras cortou em 22% o preço do gás natural fornecido às distribuidoras de gás canalizado no país. É o segundo corte no ano, acompanhando a queda das cotações internacionais do petróleo durante a pandemia. Em 2020, o preço do gás natural no Brasil acumula queda de 35%.

O repasse aos consumidores varia de acordo com o contrato de concessão de cada distribuidora estadual.

Especialista critica prazo de marco do saneamento

Thais Carrança

SÃO PAULO Estabelecido pelo novo Marco Legal do Saneamento, o prazo de 13 anos para universalização dos serviços de água e esgoto não é razoável, diz o engenheiro Jerson Kelman, ex-diretor da ANA (Agência Nacional de Águas) e da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) e ex-presidente da Sabesp.

Para o especialista, o impacto dos investimentos necessários para a universalização sobre as tarifas cobradas dos consumidores deve ser um entrave ao cumprimento dessa meta. Kelman, que é doutor em hidrologia e recursos hídricos, foi o convidado do Ao Vivo em Casa da Folha nesta segunda (3), também avalia como equivocado o veto de Jair Bolsonaro a artigo da nova legislação que permitia a renovação de contratos de estais por mais 30 anos.

Ele calcula que os investimentos a serem gerados pelo novo marco nos próximos anos devem ficar mais próximos dos R\$ 400 bilhões do que dos R\$ 800 bilhões alardeados por Paulo Guedes. Mas que a geração de 1 milhão de empregos é possível, desde que se crie um ambiente regulatório que dê segurança aos investidores. "Não é razoável pegarmos décadas e décadas de má operação e, de repente, dizermos que, num passe mágico, temos só 13 anos para resolver tudo."



Recriar CPMF continua a ser má ideia

Para o governo, é um imposto fácil de cobrar. Para a sociedade, impõe carga maior e pune os mais pobres

Parecia já ter ficado claro no ano passado, com a saída do economista Marcos Cintra da Secretaria da Receita Federal, que era má ideia tentar recriar um imposto sobre transações financeiras. A iniciativa não tinha a menor chance de prosperar entre os parlamentares, tamanha a impopularidade do finado “imposto do cheque”, e foi torpedeada por economistas de todas as linhagens, dos liberais convictos aos keynesianos renitentes. Em que pese o retrospecto, a ideia ressurgiu.

O presidente Jair Bolsonaro disse ter dado sinal verde ao ministro Paulo Guedes para estudar o assunto, desde que promova redução noutros tributos. Ninguém sabe dizer ao certo o significado preciso da declaração. O demônio de toda mudança tributária costuma estar nos detalhes. Não se conhecem o formato nem a alíquota do novo imposto, nem que tipo de corte haveria noutros para compensá-lo. No plano da fantasia, é

sempre possível que um economista do governo tenha alguma ideia genial jamais testada.

No plano da realidade, Bolsonaro só contribuiu para semear ainda mais dúvida a respeito do já conturbado projeto de reforma tributária elaborado pelo Executivo. As vantagens da nova CPMF para um governo às voltas com uma crise fiscal sem paralelo são óbvias: é um imposto fácil de cobrar e difícil de sonegar. Para a sociedade, em compensação, os argumentos contrários são bem mais fortes — e continuam os mesmos.

Impostos como a CPMF incentivam a circulação de moeda sonante e a informalidade (noutras palavras, a lavagem de dinheiro). Estimativas aventadas no ano passado sugeriam que, dependendo da alíquota, haveria queda de até 40% na arrecadação prevista. Uma segunda desvantagem está no formato. A cobrança a cada transação induz a concentração de atividades numa mesma empresa, eliminando a efi-

ciência inerente à especialização. Semantidas as cadeias de produção, a incidência em cascata aumenta o custo, exercendo pressão inflacionária. Como o imposto recai de modo uniforme sobre todos os contribuintes, impõe ainda peso desproporcional aos que movimentam menos recursos, os mais pobres (diz-se que é “regressivo”).

Por fim, o objetivo implícito, apesar de Bolsonaro afirmar o contrário, é ampliar a arrecadação num momento de crise fiscal. É uma incógnita a compensação que será ofertada. Desonerar a folha de pagamentos é uma ideia boa para incentivar a geração de empregos, mas não há evidência de que reequilibre a balança tributária em favor da sociedade. O mais provável é que uma nova CPMF acabe por aumentar a carga. A decisão final caberá ao Congresso, onde qualquer proposta de recriá-la enfrentará de novo enorme resistência — e onde, das reformas para conter a expansão de gastos públicos, ninguém fala.



Guedes monta estratégia para novo imposto

Para vencer resistências no Congresso, ministro quer atrelar projeto do novo tributo sobre pagamentos eletrônicos ao Renda Brasil, programa que vai substituir o Bolsa Família. Proposta também vincula encargo à desoneração da folha salarial

MANOEL VENTURA E
MARCELLO CORRÊA
economi@o Globo.com.br
BRASILIA

A equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, estuda enviar ao Congresso o novo imposto sobre pagamentos eletrônicos junto com a proposta de criação do que vem sendo chamado de Renda Brasil, programa que vai substituir o Bolsa Família.

O imposto sobre pagamentos ainda é malvisto dentro do Congresso. Já no caso do Renda Brasil, como se trata de um programa de transferência de renda para os mais vulneráveis, a impressão é que a tramitação será mais tranquila. Por isso, a estratégia que deve ser adotada pelo time de Guedes é atrelar as duas propostas. O governo também não quer "contaminar" as dis-

cuções de toda a reforma tributária com as resistências ao imposto sobre pagamentos eletrônicos.

DIVULGAÇÃO DE ESTUDO

Também como estratégia de defesa do novo imposto, o governo se prepara para divulgar estudos mostrando que a tributação de movimentações financeiras é menos prejudicial do que o imposto sobre salários que a equipe econômica quer reduzir.

Apesar de o governo já tratar publicamente do assunto, após aval dado pelo presidente Jair Bolsonaro na semana passada, ainda há poucos detalhes sobre como o tributo funcionará na prática. O objetivo de Guedes é reduzir a contribuição patronal ao INSS, o chamado imposto sobre a folha de pagamento das empresas.

O tamanho da desoneração



Campanha. O ministro Paulo Guedes busca conseguir o apoio da sociedade para o imposto sobre pagamentos

está sendo discutido. Por enquanto, a ideia mais forte dentro do Ministério da Economia é zerar a contribuição ao INSS para o salário mínimo e reduzir para as faixas de renda mais altas. Também pode ser incluída na proposta a redução de outros tributos, como o IPI para eletrodomésticos da li-

nhanbranca (geladeiras, microondas, máquinas de lavar).

A ideia é montar um "pacote social" que permita melhorar a aceitação do imposto sobre pagamentos. A intenção é conseguir apoio da sociedade e, com isso, facilitar a aprovação no Congresso.

Para conseguir fazer avan-

çar o novo imposto, a equipe de Guedes quer ressaltar que a atual contribuição sobre salários pesa mais sobre o faturamento das empresas do que o tributo em elaboração.

No ano passado, técnicos da equipe econômica elaboraram um levantamento que mostrava que a carga

tributária sobre faturamento das empresas seria cortada de 14,2% para 3,25%, em média. O estudo levava em consideração que o novo imposto teria alíquota de 0,5%. Atualmente, o governo discute alíquota de 0,2%.

É possível que detalhes dos cálculos sejam revisados, de acordo com as alíquotas previstas na nova versão da proposta. A estratégia de defender que a contribuição sobre folha pesa mais sobre a economia, porém, será mantida.

Entre especialistas, a ideia de substituir a tributação sobre folha pelo imposto sobre transações é vista com cautela. A avaliação é que o novo tributo de fato pesaria menos sobre o faturamento das empresas, mas poderia trazer efeitos colaterais. Um deles seria o aumento no custo do crédito, caso as movimentações bancárias sejam taxadas.

Parlamentares querem que governo abra números da reforma

Deputados cobram explicação sobre alíquota da CBS e impacto para serviços

GERALDA DOCA
geral@o Globo.com.br
BRASILIA

O deputado Afonso Florence (PT-BA), representante da oposição na comissão mista do Congresso que discute a reforma tributária, solicitou à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados o envio de um ofi-

cio ao ministro da Economia, Paulo Guedes, cobrando explicações sobre o projeto do governo que acaba com o PIS e a Cofins e cria a Contribuição Social sobre Operações de Bens e Serviços (CBS). O documento, assinado também pelo deputado Enio Verrí (PT-PR), solicita que o ministro

abra os números que resultaram na alíquota de 12% da nova contribuição e a estimativa de arrecadação.

O ministro tem 30 dias para encaminhar explicações à Mesa. O requerimento foi anexado ao projeto que muda o PIS/Cofins e aguarda distribuição na Câmara.

No ofício, os parlamentares pedem esclarecimento sobre nove itens relativos à arrecadação do PIS e da Cofins, separada por setores da economia e afirmam que o setor de serviços será prejudicado.

"O governo afirma que, a despeito de mão de obra não gerar direito a apropriação de créditos da CBS, o setor de serviços não apenas não será prejudicado com a instituição da nova contribuição e sua tributação com a alíquota de 12%, como será beneficiado. Porém, esse não é o entendimento de advogados tributaristas e de especialistas que analisaram o projeto

de lei, bem como não é o entendimento do próprio setor", diz o documento.

EFITO PARA CLÍNICA E ESCOLA

De acordo com o texto, hospitais, clínicas e escolas estão entre os mais afetados pela tributação com a alíquota de 12%, seguidos por escritórios de advocacia, empresas de porte médio, do setor de informática e hotéis.

Entre as informações solicitadas estão: a arrecadação anual do PIS/Pasep em cada um dos anos de 2015 a 2019 e a acumulada entre janeiro e junho de 2020 por regime de tri-

butação, segregada por setores (indústria, setor de serviços, instituições financeiras, pessoas jurídicas de direito público) e o valor dos créditos de PIS/Pasep apropriados pelos contribuintes nos períodos. Também faz parte da lista, a estimativa de arrecadação anual com a nova contribuição e o detalhamento da metodologia para o cálculo da estimativa, com os pareceres técnicos.

Segundo o deputado Florence, sem a abertura desses dados, o projeto não vai avançar no Congresso:

— Até agora, o governo não apresentou os números — disse o parlamentar.

Uma mina de ferro à espera da ferrovia

Projeto da Bamin, na Bahia, com capacidade para fazer 18 milhões de toneladas ao ano, aguarda licitação da Fiol; empresa vai iniciar produção em pequena escala

Por Ivo Ribeiro — De São Paulo

04/08/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas





Aigner, da Bamin: “Estamos disposto a participar de consórcio na licitação da Fiol — Foto: Leo Pinheiro/Valor

A expansão da produção de minério de ferro no Brasil, e a diversificação geográfica, enfrenta carência de logística ferroviária, fundamental para tornar viável um projeto com escala de milhões de toneladas. É o caso da Bahia Mineração (Bamin). A empresa aguarda a retomada da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, a Fiol, que está com obras interrompidas há vários anos. Há uma previsão de ser licitada este ano pelo Ministério da Infraestrutura.

O projeto da Bamin, controlada pelo Eurasian Resources Group, do Casaquistão, prevê fazer 18 milhões de toneladas por ano, num investimento de US\$ 700 milhões. Assim, a Bahia se tornaria o terceiro maior produtor de minério de ferro, atrás de Minas Gerais e Pará. O projeto da empresa inclui ainda um terminal portuário diversificado em Ilhéus (BA). Aí são mais US\$ 800 milhões de aportes.

Aposta no Brasil

Grupo internacional com atuação diversificada tem projeto na Bahia

■ Perfil

Eurasian Resources Group

■ Funcionários

70 mil

■ País de origem

■ Receita anual

Casaquistão, fundado em 1994

US\$ 6 bilhões

■ Sede

Luxemburgo

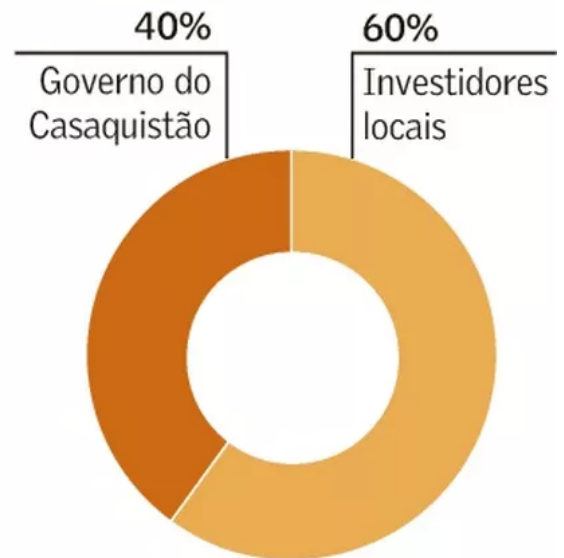
■ Áreas de atuação

Mineração de ferro, alumina, cromo, carvão energético, cobalto; Metalurgia de alumínio, cobre e cobalto; Geração de energia; Operador de ferrovias

■ Presença em 15 países

Casaquistão, Rússia, África do Sul, República Democrática do Congo, Zâmbia, Zimbábue, Moçambique, Mali, Brasil, Holanda, entre outros

■ Acionistas



Fonte: empresa

“Se for necessário, estamos dispostos a participar da licitação da Fiol em um consórcio”, disse Alexandre Aigner, diretor financeiro e de relações institucionais da mineradora, sediada em Salvador. O ERG já tem experiência de operar ferrovias na Ásia. Ele diz que, pelo andamento do trâmite no governo federal, o edital da licitação da Fiol poderá ser publicado até fim de setembro. Assim, a ferrovia poderia ir a leilão no início de 2021.

Pertencente à estatal Valec, a Fiol tem um traçado com origem em Ilhéus, cortando o sudoeste da Bahia e com ponto final em outra ferrovia, a Norte-Sul, na cidade de Figueirópolis (TO). Ao todo são 1527 km, mas a parte que interessa à Bamin tem 520 km, margeando Caetité, município onde está a mina Pedra de Ferro.

O trajeto até Caetité já tem mais de 70% das obras avançado. Um empreendimento de minério de ferro em alta escala de produção só é viável montado no sistema mina-ferrovia-porto. Outra via é mina-mineroduto-porto, como o Minas-Rio (Anglo American) e o que a SAM prevê no norte de Minas Gerais, A Samarco, paralisada, foi pioneira, de Minas ao Espírito Santo.

Enquanto a Fiol continua inacabada, a Bamin decide fazer o que é possível de ser feito. A empresa vai ativar, até outubro, um projeto de produção em baixa escala. O

objetivo é produzir 800 mil toneladas no prazo de um ano, a partir de novembro, e vender também a totalidade de produto que se encontra estocado.

Para a produção de até 1 milhão de toneladas por ano, a mineradora já tem as licenças ambientais para a extração do minério na Pedra de Ferro. Já o projeto de 18 milhões de toneladas obteve a licença de implantação.

Para esse início de produção serão investidos R\$ 40 milhões, informa Aigner, da Bamin. A logística de escoamento do minério, no entanto, será rodoviária, o que encarece a operação. O produto, dos tipos granulado e finos (sinter-feed) será levado em carretas até o porto do complexo naval de Enseada, em Maragogipe, cidade no Recôncavo Baiano.

Os recursos serão alocados na reativação de um terminal de transbordo, em Licínio de Almeida (a 40 km), onde o minério será blendado e carregado, via ferrovia da VLI, para o mercado interno. Para o externo, seguirá por rodovia em carretas que transportam 33 toneladas cada uma, até o terminal portuário de Enseada.

Segundo o diretor, a produção nesta fase é importante para mostrar que o projeto, como um todo, é viável e que a Bamin poderá ser um fornecedor mundial (e até local) confiável. Os grandes mercados no alvo da empresa são China, na Ásia, Europa e Oriente Médio.

De acordo com Aigner, o minério da produção de baixa escala, e também no futuro - com instalações de beneficiamento e de concentração do produto -, terá teor de ferro entre 65% e 66%. Atualmente, o produto de referência na China, com 62%, é negociado acima de US\$ 115 a tonelada.

Até o fim de 2021, a mineradora prevê colocar no mercado 800 mil toneladas. Desse volume, 35 mil toneladas de produto já estocado serão despachadas, via trem, para clientes no Brasil.

A retomada de produção, segundo o diretor, vai movimentar a economia da região, como o de serviços e fornecedores, criando empregos. A previsão é de gerar R\$ 47 milhões em impostos federais, estaduais e municipais.

Atualmente, em Caetité, a empresa tem 89 funcionários diretos para as operações da mina. Os indiretos serão mais cerca de 300 de empresas terceirizadas.

As reservas de minério da Bamin foram descobertas em 2005 e a empresa constituída em 2006. O grupo ERG, produtor de minério de ferro no Casaquistão, com 12 milhões de toneladas, comprou 50% em 2008 e o restante em 2010. Também produz ferrocromo, além de alumina, alumínio, cobre, cobalto, carvão energético, É gerador de energia no país e operador de ferrovias na Ásia Central. Tem faturamento anual de US\$ 6 bilhões.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Novo Essencial é #PoderSer
NATURA

LINK PATROCINADO

Novo produto que reduz varizes em casa dispara entre mais vendidos do Brasil
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Fórmula emagrecedora seca gordura inchada da barriga
FEXADROL

LINK PATROCINADO

ANVISA: Pílula indiana reduz DHT da calvície ativando folículos na matriz
SHIKAKAI

LINK PATROCINADO

Segredo Japonês para engrossar cartilagem alivia dor nas juntas
OKINA | SEGREDO JAPONÊS

LINK PATROCINADO

Médico alerta: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente
DR. RAFAEL FREITAS

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

A fantasia sobre ser um milionário

Bamin começa as obras de acesso do terminal privado Porto Sul em Ilhéus

Empresas está investindo R\$ 188 milhões nessa fase de preparação instalar o porto de mebarque de minério, que custará US\$ 800 milhões

Por Ivo Ribeiro — De São Paulo

04/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Para adiantar as obras de seu projeto do terminal portuário tipo TUP (uso privado), em Ilhéus, a Bamin acaba de iniciar as obras de infraestrutura de acesso ao local - 14 km ao norte da cidade baiana. Com isso, abre caminho para a implantação do porto, propriamente dito, por onde fará a exportação de seu minério de ferro no futuro, quando a ferrovia da Fiol estiver finalmente pronta.

O Porto Sul, como é chamado, é um projeto todo comandado pela mineradora, com apoio do governo da Bahia. O terminal, além de minério de ferro (próprio e de terceiros), prevê embarcar outras cargas, como soja, milho, etanol e carvão vegetal.

Desde 2013, a Bamin é a concessionária do terminal. Segundo a empresa, ela já dispõe da licença de implantação do porto, bem como de supressão da vegetação na área definida para o empreendimento, na localidade de Aritaguá. "Esse porto é estratégico para nosso projeto e para o Estado da Bahia", diz Alexandre Aigner, diretor financeiro e de relações institucionais da mineradora.

Serão investidos nessa fase de obras R\$ 188 milhões, informa o executivo. A ordem de serviço para as atividades foram dadas a uma construtora de Minas Gerais em meados de julho e o tempo de duração está previsto de agora até março de 2022. Serão construídas vias de acesso, sinalização, pontes, instalações de rede elétrica e

A instalação do porto, especificamente, terá um investimento de US\$ 800 milhões. E essa obra de peso - que tem previsão de durar quase dois anos - só será iniciada quando a retomada da construção da Fiol, sob nova gestão, após ser licitada, já estiver acontecendo, informa o diretor da Bamin. “Nossa obra será alinhada à conclusão da ferrovia, que poderá durar cerca de 30 meses”, afirmou Aigner.

A licitação da Fiol aguarda o sinal verde do Tribunal de Contas da União (TCU), que vai liberar a publicação do edital. O processo entrou no órgão faz oito meses.

Segundo a Bamin, nessa primeira fase de obras do Porto Sul, no auge, serão gerados 400 empregos diretos, podendo ter ainda 1,2 mil indiretos. São estimados mais de R\$ 24 milhões em recolhimento de tributos.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Varizes tem solução: Anvisa libera fórmula que trata varizes em casa sem cirurgia

VARIZERO

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas

SHIKAKAI

LINK PATROCINADO

Fórmula emagrecedora seca gordura inchada da barriga

FEXADROL

LINK PATROCINADO

Segredo Japonês para engrossar cartilagem alivia dor nas juntas

OKINA | SEGREDO JAPONÊS

LINK PATROCINADO

Pílula para pele velha e rugas usada por atrizes de Hollywood chega ao Brasil

SKINCAPS

LINK PATROCINADO

Cardiologista do Brasil: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente

DR. RAFAEL FREITAS



STF prioriza tributação na volta do recesso

Dados conspiram contra a competitividade do país e influenciam negativamente em sua capacidade de atrair investimentos

04/08/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas

Na volta do recesso, o Supremo Tribunal Federal (STF) tem na agenda das duas próximas semanas o julgamento de nada menos que dez ações tributárias de grande impacto. As dez causas podem resultar em perdas superiores a R\$ 100 bilhões aos cofres públicos, apurou o **Valor** (29/7), em um momento em que o governo federal ainda tenta formatar a reforma tributária.

Seis deles envolvem cobranças de tributos federais. Já está programada para amanhã a conclusão de julgamento de caso que discute a incidência de contribuição previdenciária sobre o salário-maternidade. Se a tributação for considerada improcedente, a União deixará de arrecadar R\$ 1,2 bilhão por ano, com os quais contava a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O impacto será ainda pior se a União tiver que devolver o que foi pago nos últimos cinco anos, R\$ 6 bilhões. Iniciado antes do recesso, este julgamento tem placar desfavorável ao governo, em cinco a três contra a tributação.

A semana termina com outros dois julgamentos importantes, na sexta-feira, envolvendo mais de R\$ 30 bilhões. Ambos se referem à tributação sobre a folha de salários. Um deles discute a cobrança da contribuição de 0,6% destinada ao Sebrae, à Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex) e à Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). No outro, o desconto é destinado ao Inbra. Os casos são antigos e o tempo transcorrido ajuda a inflar os valores. Na mesma sexta-feira, será ainda julgada ação sobre a constitucionalidade da cobrança adicional de 10% do FTGS nos casos de demissão sem justa causa, cobrado do

empregador junto com a multa de 40% destinada ao empregado, que ia para a conta da União. A cobrança foi extinta em dezembro e os contribuintes reclamam os valores pagos.

Mas o julgamento de maior impacto será na sexta-feira da próxima semana e refere-se à cobrança do IPI no caso de produtos importados. Caso a União perca e tenha de devolver o que foi pago a mais em tributos nos últimos cinco anos a conta ficará em R\$ 68,6 bilhões. Há, por enquanto, um voto para cada lado. A indústria está ao lado da União nesse caso porque receia perdas bilionárias caso o IPI caia, reduzindo o preço de importados. Já os importadores reclamam de bitributação.

Esses exemplos ilustram como a própria aplicação da lei pelas autoridades, provavelmente induzidas pela necessidade arrecadatória, ajuda a criar mal entendidos. O levantamento Supremo em Números, da FGV, referente ao período de 30 anos concluídos em 2018, apurou que as ações tributárias representam pouco mais de 10% do estoque total do STF, e o expressivo valor de R\$ 800 bilhões. Em número de processos, os principais temas são o ICMS e a base de contribuição.

Outra constatação desconcertante da FGV é que as estatais ou sociedades de economia mista são as principais responsáveis pela maior parte dos processos tributários. A Eletrobras, por exemplo, esteve envolvida em quase 3 mil ações, em sua maioria referentes ao empréstimo compulsório, cobrado a partir da década de 1960 sobre a conta de energia elétrica de grandes consumidores industriais. A contribuição deveria ter sido extinta em 1977, mas vigorou até 1993. Só em 2019, o Superior Tribunal de Justiça decidiu que a dívida, estimada em R\$ 17,9 bilhões, deverá ser paga apenas pela empresa. Em segundo lugar está a Caixa, pressionada por ações que discutem imunidade tributária de IPTU sobre imóveis de propriedade fiduciária do banco e a constitucionalidade das contribuições sociais na demissão sem justa causa.

Sistema complexo e carga elevada colocam o Brasil em penúltimo lugar em tributação em pesquisa realizada em 18 países pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), depois da Argentina. Em 2019, o montante de impostos e contribuições pago pelas empresas brasileiras representou 65,1% do seu lucro, segundo dados da pesquisa Doing Business 2020 do Banco Mundial. Pagam mais

impostos do que no Brasil somente as empresas argentinas e as colombianas. Outra pesquisa desfavorável ao país é da consultoria Deloitte, que constatou que uma empresa de grande porte pode gastar até 34 mil horas no ano para apurar e pagar tributos, preencher e entregar obrigações acessórias e seguir fiscalizações.

Todas essas questões conspiram contra a competitividade do país e influenciam negativamente em sua capacidade de atrair investimentos, muito importantes para ajudar na saída da pandemia.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Novo produto que reduz varizes em casa dispara entre mais vendidos do Brasil
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Fórmula emagrecedora seca gordura inchada da barriga
FEXADROL

LINK PATROCINADO

ANVISA: Pílula indiana reduz DHT da calvície ativando folículos na matriz
SHIKAKAI

LINK PATROCINADO

Segredo Japonês para engrossar cartilagem alivia dor nas juntas
OKINA | SEGREDO JAPONÊS

LINK PATROCINADO

Pílula para pele velha e rugas usada por atrizes de Hollywood chega ao Brasil
SKINCAPS

LINK PATROCINADO

Cardiologista do Brasil: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente
DR. RAFAEL FREITAS

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

A fantasia sobre ser um milionário

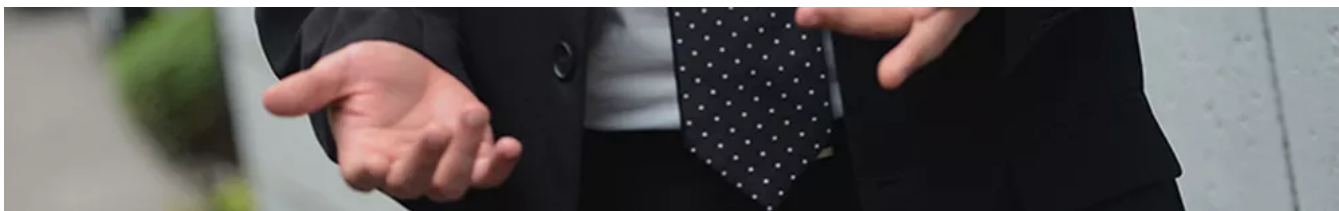
Crise leva Tesouro a encurtar dívida e oferecer mais prêmio

Governo tem aceitado entregar mais prêmio ao mercado em suas emissões de títulos públicos

Por Victor Rezende e Lucas Hirata — De São Paulo

04/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



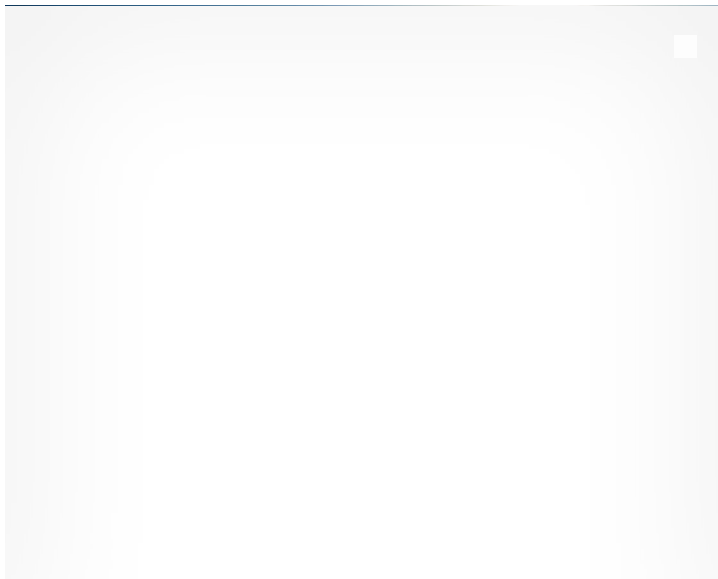


Campos Neto, da Tendências: manutenção de alguma pressão na curva de juros — Foto: Regis Filho/Valor

No momento em que os títulos públicos prefixados de curto prazo são negociados nas mínimas históricas e em que a inclinação da curva de juros se mantém em níveis elevados diante dos riscos fiscais, o Tesouro Nacional tem optado por encurtar o perfil da dívida brasileira. A oferta expressiva de títulos prefixados de prazos mais curtos tem chamado a atenção dos agentes financeiros, ao mesmo tempo em que o prêmio pago pelo Tesouro nos papéis de mais curto prazo chegou até mesmo a quadruplicar em relação aos leilões realizados no início do ano.

Dados da Renascença DTVM mostram que o prêmio pago pelo Tesouro em relação às taxas de juros futuros tem aumentado significativamente. Considerando a taxa da LTN para janeiro de 2024, ofertada desde o início do ano, o prêmio pago pelo Tesouro nas vendas do título foi, em média, de 5,34 pontos-base (0,0534 ponto percentual) de janeiro a abril. No entanto, nos leilões mais recentes, o prêmio subiu para até 20,50 pontos-base. Na média entre maio e julho, o prêmio pago pelo Tesouro em relação às taxas dos contratos de Depósito Interfinanceiro (DI) foi de 11,69 pontos-base.

Somente na semana passada, foram ofertadas 28,5 milhões de Letras do Tesouro Nacional (LTN), sendo 20 milhões em papéis com vencimento em abril de 2021. Em relatório enviado a clientes, os analistas de renda fixa do Bradesco BBI notam que o Tesouro leiloou R\$ 489,7 bilhões em títulos públicos até agora em 2020 e o que o mês de julho foi o de maior volume (R\$ 153 bilhões). “Vale destacar que, no acumulado do ano, o montante de LTNs leiloado em relação ao mesmo período do ano passado subiu 50%, em R\$ 280 bilhões”, dizem os analistas do banco de investimentos.



Analistas afirmam que, diante da necessidade elevada de financiamento, o Tesouro Nacional tem aceitado entregar mais prêmio ao mercado em suas emissões de títulos públicos. “Mas ele não pode emitir nada muito longo porque as taxas estão abrindo muito. Então ele concentra as emissões em papéis curtos para se financiar logo”, afirma Emanuel Moura, da mesa de estratégia da Renascença.

Na semana passada, ao comentar o relatório de junho da dívida pública, o coordenador de operações da dívida, Roberto Lobarinhas, afirmou que a atuação voltada a títulos de curto prazo em momentos de volatilidade, como o atual, reflete uma estratégia “cuidadosa e cautelosa” do Tesouro em respeitar as condições de mercado. Ele também afirmou que a elevação do percentual de dívida vincendo em 12 meses vem, justamente, da maior emissão de papéis de curto prazo.

“O mercado já tem exigido mais prêmio em todas as emissões, dado o patamar atual da Selic, que está muito baixo. Mas, no caso de vencimentos mais longos, a situação é muito mais complicada, porque é difícil de enxergar um cenário”, afirma o responsável pela mesa de câmbio e juros na CM Capital Markets, Jefferson Lima. “Se o Tesouro só acatar o que o mercado pede, pode se colocar numa sinuca de bico. Vai precisar oferecer cada vez mais prêmio todas as vezes”, explica Lima. Daí a preferência pela venda de títulos de curto prazo.

A maior oferta de papéis prefixados de curto prazo pelo Tesouro se deve, em especial, à queda nas taxas prefixadas de curto prazo, dizem os analistas do Bradesco BBI. Segundo eles, “a taxa média de 2019 ficou em 7,24%, enquanto em

2020 até julho foi de 3,97%", o que favorece a estratégia do Tesouro de encurtar o perfil da dívida brasileira neste momento.

Outros fatores, como os juros de longo prazo em níveis elevados em relação aos de curto prazo, também fazem com que o Tesouro não ofereça mais papéis longos. "A emissão de LTNs continua progredindo a um ritmo forte, mas os leilões de NTN-F ainda não se recuperaram, o que reforça a nossa tese de demanda limitada por 'duration'", afirma o estrategista de renda fixa para América Latina do J.P. Morgan, Carlos Carranza.

Mesmo depois de passar por uma queda expressiva nos últimos dias, o spread entre as taxas dos títulos públicos do Brasil de três meses e dez anos continua a ser o segundo maior entre os principais mercados emergentes do mundo, aponta levantamento semanal feito pelo J.P. Morgan. No fim da semana passada, a diferença entre os juros de curtíssimo e os de longo prazo no Brasil era de 4,14 pontos percentuais, a segunda maior entre os países pesquisados, atrás apenas da África do Sul.

Essa dinâmica de mercado tem bastante relação com as incertezas decorrentes da situação fiscal. O economista Silvio Campos Neto, da Tendências Consultoria, afirma que o Brasil terá de mobilizar "uma quantia significativa de recursos" para financiar o aumento da dívida, "algo que tende a manter alguma pressão na curva de juros, o que torna menos eficazes movimentos excessivos de queda da taxa de referência, a Selic". Assim, na avaliação da Tendências, o atual ciclo de afrouxamento monetário deve ser encerrado nesta semana com um ajuste derradeiro, de 2,25% para 2% na Selic. Em 2021, a taxa começaria a enfrentar um período de normalização financeira, encerrando o ano em 3%.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Novo produto que reduz varizes em casa dispara entre mais vendidos do Brasil
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas
SHIKAKAI

Criação de nova CPMF remete a “ambiente medieval”, diz Ribeiro

Deputado se mostrou confiante com o fim da guerra fiscal

Por Fernando Exman, Ribamar Oliveira, Estevão Tair e Vandson Lima — De Brasília e São Paulo

04/08/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas



Ribeiro: “Tentação de aumento de carga tributária nos remete ao ambiente medieval, daquele rei que manda criar mais imposto” — Foto: Silvia Zamboni/Valor

O relator da reforma tributária, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), destacou ontem a necessidade de se aprovar a proposta de emenda constitucional antes das eleições municipais e disse que a tentação do governo de aumentar a carga tributária, por meio de uma nova CPMF, “remete ao ambiente medieval”. Ele também se mostrou confiante com o fim da guerra fiscal e reconheceu que as articulações em torno da reforma buscam a produção de um texto possível, pois dificilmente se chegará a um consenso.

As eleições municipais foram adiadas de outubro para a segunda quinzena de novembro devido à pandemia, o que, na avaliação de deputados e senadores, ampliou a margem do Congresso para aprovar a reforma tributária.

“O ideal, para o Brasil, seria nós termos uma reforma ampla e possível votada antes das eleições municipais, por entender que lamentavelmente nosso país vive em eleições”, afirmou o deputado em uma edição extraordinária da “Live” do **Valor**. “O ano que vem, apesar de não ser um ano de eleição, é um ano pré-eleitoral para 2022. O calendário eleitoral começa ali em outubro.”

Na “live”, Ribeiro se disse veementemente contra uma reforma que eleve a carga tributária. “Eu não defendo aumento de carga tributária. Esse é um princípio que eu defenderei com toda a minha força, por ter convicção disso”, sublinhou, destacando que um aumento de carga em um período de pandemia e crise econômica “não faz sentido nenhum”.

O plano do ministro da Economia, Paulo Guedes, com aval do presidente Jair Bolsonaro, é criar um imposto semelhante à CPMF, uma contribuição sobre pagamentos, para desonerar a folha de trabalho e ajudar a financiar um novo programa social.

Para Ribeiro, é preciso encontrar mecanismos para redistribuir a carga tributária, em vez de criar uma nova cobrança. Ele sinalizou, inclusive, que seu parecer irá prever um instrumento que evite a expansão da atual carga tributária.

“Se eu for criar CPMF, vou estar criando um novo imposto para onerar a todos, toda a população brasileira, inclusive em cadeia cumulativa e sem uma referência positiva desse imposto”, comentou, lembrando que o Brasil já teve experiência semelhante

com a CPMF. Ou seja, ela foi criada com uma finalidade, que depois foi esquecida, e acabou sendo usada para atender às necessidades do governo. “Essa tentação de aumento de carga tributária nos remete ao ambiente medieval, daquele rei que quando tem necessidade manda criar mais um imposto e, de forma muito simplista, cria e penaliza geralmente sempre os que precisam mais.”

O relator ponderou, no entanto, que uma proposta do governo nesse sentido não chegou formalmente ao Legislativo ainda. “Entendi que esse não é o pensamento do governo, pela última conversa que tivemos”, disse. “Se ele entender que esse é o caminho, apresente uma proposta de emenda à Constituição que o Congresso analisa.”

Segundo Ribeiro, uma reforma mais ampla, que também abarque Estados e municípios, está no horizonte de todos os envolvidos nas discussões, ainda que não se tenha segurança de qual modelo tem votos para ser aprovado pelo Parlamento. Para ele, todas as propostas sobre o tema devem ser concentradas em uma só, evitando o fatiamento.

“Apreciar qualquer tema em matéria tributária de forma fatiada me parece não ter efetividade”, disse o deputado, para quem dificilmente o assunto será objeto de consenso e o que é preciso buscar é um sistema que no fim beneficie a todos. “Acho quase impossível apreciar duas matérias neste ano que se refiram a questões tributárias no Parlamento brasileiro. A gente tem que ampliar esse debate, [fazer] uma reforma mais ampla, e votar aquilo que tenha votos para se viabilizar em termos de texto.”

O deputado tem, inclusive, conversado com Guedes a respeito do assunto. Por enquanto, o governo federal enviou apenas uma etapa da sua proposta de reforma tributária, substituindo PIS e Cofins pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Outros pontos seriam tratados na sequência.

“Ele [Guedes] havia me dito que não tinha mandado a proposta mais ampla em razão de respeitar os entes federados e o próprio Parlamento, mas que defendia, sim, uma reforma mais ampla também”, disse. Amanhã, o ministro deve participar de audiência pública da comissão mista do Congresso que discute as mudanças tributárias.

Há assuntos que ainda não estão nos textos em tramitação no Congresso, mas que serão levantados nas comissões, segundo ele. Um exemplo é a tributação de lucros e dividendos. “Esse debate está posto”, disse.

Outro ponto importante, de acordo com o deputado, é que a reforma tenha um tempo de transição seguro, mas veloz o suficiente para o país colher seus benefícios. “Quanto mais rápido o sistema esteja implantado, mais rápido o país colhe os frutos”, ponderou.

Já a cobrança de tributo no destino, no caso dos serviços, é algo que o relator vê como necessário. “Vamos ter a tendência de aumento da base no imposto dos serviços. Com a cobrança no destino, fortaleceremos municípios. O modelo ideal é aquele necessário da implantação de um novo IVA [Imposto sobre Valor Agregado], nacional. Que incentivos contratados no meio da mudança sejam preservados, e possa migrar para o novo sistema sem dano aos Estados”, disse.

Na avaliação de Ribeiro, o ambiente no Congresso para votar reformas econômicas de uma forma geral é favorável. “A agenda [de reformas] é uma agenda que une o Parlamento”, afirmou.

Perguntado se as recentes divisões no Centrão podem atrapalhar a votação da proposta, o deputado negou. E recordou: o Congresso aprovou a reforma da Previdência, mesmo quando o governo ainda não tinha uma base formada. “Não haverá, do ponto de vista de reformas do país, qualquer tipo de comprometimento”, respondeu.

Ele também buscou desvincular o destino da reforma à sucessão do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), cujo mandato termina em fevereiro. Ele é um dos cotados para disputar a eleição.

Por fim, descartou que as mudanças na legislação tributária abriam espaço para discutir a flexibilização do teto de gastos. “Me parece um contrassenso, depois de construir teto de gastos, tentar permitir um descompromisso com a responsabilidade fiscal”, concluiu.

Ministros tentam convencer Bolsonaro a ampliar gasto fora do teto

Tarcísio e Freitas, Rogério Marinho e Luiz Eduardo Ramos defendem uma flexibilização temporária do mecanismo

Por Matheus Schuch, Fabio Graner e Fabio Murakawa — De Brasília

04/08/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas



Bolsonaro cumprimenta admiradores no aeroporto de São Raimundo Nonato, na Serra da Capivara — Foto: Alan Santos/PR

A disputa eleitoral de 2022 e a rivalidade com alguns governadores têm sido argumentos levantados por auxiliares do presidente Jair Bolsonaro para tentar convencê-lo a ampliar os gastos públicos fora do teto de gastos. Ao contrário do que defende o ministro Paulo Guedes, outros ministros estão cobrando mais obras de infraestrutura neste e nos próximos anos para impulsionar a economia e a popularidade presidencial.

Do ponto de vista político, a avaliação desses interlocutores de Bolsonaro é de que a liberação de verba para Estados e municípios durante a pandemia dará poder de investimento a governadores e prefeitos para além da área de saúde. Por isso, manter os atuais critérios da PEC do Teto de Gastos engessaria o Orçamento e traria prejuízos exclusivamente à imagem do presidente.

No primeiro escalão, os principais defensores de uma flexibilização temporária nas regras do teto são os ministros Tarcísio de Freitas (Infraestrutura), Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) e Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo). Em resposta às críticas da equipe econômica, técnicos de outras áreas do governo têm dito que, diante de um investimento de aproximadamente R\$ 500 bilhões durante a pandemia, sem contar a renúncia de receitas, a destinação de R\$ 30 bilhões para impulsionar obras no país traria, proporcionalmente, pouco impacto para as contas.

“Ninguém está defendendo gasto descontrolado, é abrir uma exceção. A pandemia mudou o cenário, o governo não pode continuar com a visão de antes”, argumentou um interlocutor de Bolsonaro.

Em abril, quando o mesmo debate foi levantado na esteira da apresentação do Plano Pró-Brasil, a ideia de aumentar os gastos públicos irritou o ministro da Economia. Para evitar desgaste com o seu “posto Ipiranga”, Bolsonaro reiterou à época que o governo manteria a política econômica desenhada por Guedes. Quatro meses depois, no entanto, o agravamento da pandemia e a necessidade de acelerar a retomada econômica deram força novamente à tese da ala do governo que defende a participação do Estado para gerar empregos, retomar obras paradas e estimular a atividade econômica.

Outro elemento que deverá pesar na avaliação do presidente sobre o tema é o momento político que vive o governo, marcado pela aproximação com partidos do

centrão. Integrantes do bloco têm atuado nos bastidores para garantir mais verba para investimento público e, conseqüentemente, levar investimentos para as suas respectivas regiões.

Além de garantir a governabilidade com o Congresso, Bolsonaro quer utilizar a recente aproximação a líderes políticos para fazer incursões junto à população que tem maior resistência ao seu governo. Agendas como a da semana passada, na Bahia e no Piauí, deverão ser intensificadas. Mas, para isso, é preciso garantir pautas positivas.

“O povo gosta de obra pronta, não adianta ir visitar um canteiro [de obras] parado”, comentou outro assessor do governo envolvido nas discussões.

Na equipe econômica, a defesa do teto de gastos continua ferrenha, embora até mesmo dentro do time de Paulo Guedes estejam surgindo ideias de medidas para ampliar gastos fora do teto, como ocorreu na proposta de direcionar parte do aumento de recursos do Fundeb para o Renda Brasil, que não conseguiu se viabilizar diante das resistências fortes demonstradas no Congresso.

A leitura que prevalece é que abandonar o teto de gastos seria abrir mão da única âncora fiscal que sobrou para o governo e que isso seria punido pelo mercado financeiro, na forma de juros mais altos e dificuldade na rolagem da dívida pública. E isso, acreditam, acarretaria ainda mais problemas para a retomada da economia nos próximos anos.

O caminho correto, dizem assessores próximos do ministro, é reforçar medidas que derrubem o gasto obrigatório do governo e libere espaço para outras despesas. E os relatos são de que o ministro continua acreditando nesse enunciado, embora a medida do Fundeb, por exemplo, que dava um drible no teto, tenha contado com a sua concordância. Mas nesse caso pode-se dar um desconto, já que a proposta teria surgido a partir do cenário de derrota certa do governo e que seria uma maneira de “minimizar danos” para a União, ajudando a turbinar o programa em gestação.

A restrição do teto, aliás, é um dos pontos que dificultam a elaboração de uma versão mais robusta do programa Renda Brasil. Diante do pouco espaço para novas

despesas, o programa tem sido desenhado apenas com realocação de gastos dentro do Orçamento, como abono salarial, sem ampliação da despesa total. Mas já circularam no governo ideias para deixar pelo menos parte do programa de fora desse limite, dando maior alcance para ele. Mas a ideia conta com fortes resistências dos defensores do teto.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Novo Essencial é #PoderSer

NATURA

LINK PATROCINADO

Novo produto que reduz varizes em casa dispara entre mais vendidos do Brasil

VARIZERO

LINK PATROCINADO

Fórmula emagrecedora seca gordura inchada da barriga

FEXADROL

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas

SHIKAKAI

LINK PATROCINADO

Segredo Japonês para engrossar cartilagem alivia dor nas juntas

OKINA | SEGREDO JAPONÊS

LINK PATROCINADO

Médico alerta: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente

DR. RAFAEL FREITAS

por **taboola**

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

A fantasia sobre ser um milionário

VALOR INVESTE

Restante da reforma tributária do governo segue até 15 de agosto

Veículo: Estadão	
Data: 04.07.2020	Caderno: Economia



OAB sugere aumento escalonado em alíquota de tributo substituto do PIS/Cofins

Proposta foi apresentada para o presidente da Câmara, Rodrigo Maia; OAB também disse que fase de transição e regras bem detalhadas são essenciais para o novo imposto

Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

03 de agosto de 2020 | 22h01

BRASÍLIA - A **Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)** apresentou nesta segunda-feira, 3, ao presidente da **Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ)**, proposta com seis mudanças no projeto de **reforma tributária** do governo que cria a **Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)**, novo imposto que unifica o **PIS/Cofins**.

Entre as alterações está o aumento escalonado da alíquota de CBS devida pelos profissionais liberais, com profissão regulamentada, até o patamar de 12% previsto no projeto enviado pelo governo e o repasse compulsório do tributo no preço aos contratos já vigentes, como aluguéis.

A reunião presencial, ocorrida em **São Paulo**, contou com a presença da assessora do ministro da **Economia**, **Paulo Guedes**, **Vanessa Canado**, para discutir o projeto. Canado disse que nesta terça-feira o governo divulgará painel com perguntas e respostas sobre o projeto do governo para esclarecer dúvidas que surgiram entre os tributaristas.

Como modificações, a OAB pede ainda que seja incluída no projeto a possibilidade de se excluir as perdas com inadimplência da base de cálculo do novo tributo e a adoção de um prazo para o ressarcimento em espécie do crédito eventualmente acumulado.

“A despeito da OAB defender uma reforma mais ampla, que resolva a questão federativa como um todo, incluindo Estados e municípios, a ideia foi contribuir com sugestões de ajustes no projeto da CBS, principalmente para atenuar o brutal efeito do possível novo tributo sobre os prestadores de serviço”, disse **Luiz Bichara**, **procurador tributário da OAB**. Segundo ele, o painel de perguntas e respostas deixará claro que outras despesas, que não bens ou serviços - como aluguéis ou royalties, terão direito ao crédito do CBS.

O projeto do governo será encaminhado pelo presidente Maia para a comissão mista da Câmara e **Senado** que discute a reforma tributária. Ou seja, não terá uma tramitação separada.

Para a OAB, uma fase de transição e regras mais enfáticas sobre a aplicação do novo tributo em contratos em andamento são pontos cruciais.

Veículo: Estadão	
Data: 04.07.2020	Caderno: Economia



Entenda o novo imposto 'feioso', semelhante à CPMF, que o governo quer criar

Equipe econômica já recebeu o aval do presidente Jair Bolsonaro para discutir tributo sobre transações financeiras, que deve ter alíquota de 0,2%

Redação, O Estado de S. Paulo

03 de agosto de 2020 | 15h30

BRASÍLIA - O presidente **Jair Bolsonaro confirmou que deu ok para que a equipe econômica discuta a criação de um imposto** semelhante à antiga Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Assessor especial do Ministério da Economia, Guilherme Afif Domingos, diz que a ideia é trocar um imposto "horroroso" (a tributação que os empresários pagam sobre os salários dos funcionários) pelo "feioso" (sobre transações financeiras).

O **Ministério da Economia** ainda não detalhou alguns pontos do novo tributo: se haverá tributação do crédito (entrada dos recursos na conta), no débito (qualquer retirada de recursos) ou somente dos pagamentos (isentando transferências e saques em dinheiro, por exemplo).

Ao **Estadão**, Afif disse que a alíquota deve ser de 0,2%, **o que garante uma arrecadação de R\$ 120 bilhões**. A reportagem apurou que a ideia é que a alíquota seja aplicada tanto na entrada quanto na saída dos recursos.

A **CPMF** foi um imposto que existiu até 2007 para cobrir gastos do governo federal com projetos de saúde - a alíquota máxima foi de 0,38% sobre cada operação. Em 2015, o governo, então sob comando da presidente **Dilma Rousseff**, chegou a propor a volta do tributo, mas isso acabou não acontecendo.

A CPMF é considerada "impopular" e "antipática" por tributaristas. Diferentemente dos impostos sobre os preços de produtos e serviços, essa cobrança aparece no extrato bancário do contribuinte.

Quem pagará esse novo imposto?

Se o modelo escolhido for sobre transações financeiras, todas as pessoas ou empresas que transferirem qualquer valor por meio dos bancos e instituições financeiras pagarão o novo tributo.

Isso vale tanto para quem saca o dinheiro do caixa eletrônico quanto para quem paga uma conta de telefone via boleto bancário ou a fatura do cartão de crédito. O imposto também será cobrado sobre todas as compras feitas com cartões de crédito e débito.

A **CPMF chegou a ser chamada de "imposto do cheque"**, porque também incidia sobre essa forma de pagamento - muito mais usada no passado. A antiga CPMF incidia apenas sobre a saída dos recursos - quando era feito um pagamento ou um saque, por exemplo.

A nova proposta, no entanto, prevê a taxaação também na entrada dos recursos: ou seja, se o correntista receber um depósito de R\$ 1 mil, só

R\$ 998 vão efetivamente cair na conta, caso a alíquota de 0,2% proposta seja aprovada.

Por que esse tipo de tributo é criticado?

Esse tipo de tributo é um imposto de efeito cumulativo, porque incide sobre todos os agentes e diferentes etapas da cadeia produtiva, o que acaba onerando não só o sistema financeiro mas também toda a economia.

Por exemplo, na cadeia de fabricação do pãozinho isso significa que:

- 1) o produtor de trigo paga ao comprar insumos e ao receber pela venda do trigo;
- 2) o fabricante da farinha paga de novo ao comprar o trigo e ao vender a farinha;
- 3) o padeiro paga ao comprar a farinha e ao vender o pão;
- 4) o consumidor paga ao levar o pãozinho.

Apesar de todos pagarem as mesmas alíquotas, a baixa renda tende a sentir mais o peso dos impostos, proporcionalmente, por conta do efeito cumulativo: na prática, o preço do pãozinho terá embutido os tributos pagos por toda a cadeia.

O que diz o governo

Para diminuir a resistência, o ministro da Economia, **Paulo Guedes**, apresenta "benefícios" como contrapartida a recriação do tributo em três frentes: empresas (redução dos tributos sobre salários); mais pobres (criação do novo **Renda Brasil**, em substituição ao Bolsa Família, com um benefício maior e mais contemplados) e classe média

(com a ampliação da faixa de isenção do **Imposto de Renda**, atualmente em R\$ 1,9 mil por mês).

A área econômica do governo avaliou que a tributação atual sobre a folha de pagamentos (patrão e empregado juntos), que soma atualmente 43,5%, é “muito acima” de outros países da região, como México (19,7%) e Chile (7%), representando um “desestímulo à contratação de mão de obra”.

Quais os possíveis efeitos na economia

O efeito "cascata" do imposto, que incide sobre todos os participantes da cadeia produtiva, tende a ser repassado para os preços dos produtos ao consumidor final, pressionando a inflação e gerando um aumento de preços.

O imposto também pode desestimular as movimentações financeiras, e estimular o uso de dinheiro vivo e a informalidade, além da desbancarização da população de menor renda.

Para as empresas, impostos como a CPMF também podem incentivar a concentração da cadeia produtiva e diminuir a especialização, já que o tributo é cobrado cada vez que acontece uma operação de compra e venda. Assim, as empresas tenderiam a produzir seus produtos do começo ao fim, em vez de adquirir partes produzidas por outras companhias especializadas em cada insumo.

Quais países têm tributação sobre transações financeiras

Segundo o estudo "A Reforma Tributária Necessária", 33 países têm algum tipo de tributo sobre operação financeira. A Suécia teve a pior experiência, pois adotou, em 1990, uma alíquota de 1% sobre compra e venda de ações, o que definitivamente deprimiu o pequeno mercado de

capitais do país, e o tributo foi definitivamente revogado no ano seguinte.

O Reino Unido arrecada mais de seis bilhões de libras esterlinas com seu Selo Real sobre ações. Argentina, Colômbia, Equador, Malásia, Marrocos, Paquistão e Peru também adotaram algum tipo de tributo sobre operação financeira, e até a Suíça aplica uma alíquota de 0,15% sobre ações e debêntures públicas e privadas.

Como era a CPMF

A CPMF foi criada em 1993, no governo Itamar Franco, com o nome de Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) e uma alíquota de 0,25%. O objetivo era cobrir parte das despesas com saúde. O **Supremo Tribunal Federal (STF)** considerou inconstitucional a cobrança, que só pôde começar no ano seguinte, devido ao período de 90 dias entre sua aprovação e a entrada em vigor. O imposto durou até dezembro de 1994, como previsto, quando foi extinto.

Em 1996, a foi criada a CPMF com alíquota de 0,2%, no governo Fernando Henrique Cardoso. Em junho de 1999, a CPMF foi prorrogada até 2002 e a alíquota subiu para 0,38%. Esse 0,18 ponto adicional seria destinado a ajudar na Previdência Social. Em 2001, a alíquota caiu para 0,3%.

Em março do mesmo ano, voltou para 0,38%, sendo que a diferença seria destinada ao Fundo de Combate à Pobreza. A contribuição foi prorrogada novamente em 2002 e, já no governo Lula, outra vez em 2004. O imposto foi extinto pelo Senado em 2007.

Veículo: Estadão	
Data: 04.07.2020	Caderno: Economia



Tributação da folha e CPMF

Não há por que substituir um tributo distorcivo sobre folha por outro tributo distorcivo sobre transações financeiras

Bernard Appy*, O Estado de S.Paulo

04 de agosto de 2020 | 04h00

Na semana passada, o assessor especial do **Ministério da Economia, Guilherme Afif Domingos**, anunciou que o governo está trabalhando numa proposta para desonerar a folha de pagamentos em 25%, para todas as faixas salariais, compensando a perda de receita através de um imposto digital – que, ao que tudo indica, seria uma reedição da **CPMF**.

Embora a desoneração da folha de salários seja uma agenda importante, a forma de implementar essa desoneração e a forma de financiar a consequente perda de receita são essenciais para que a mudança tenha efeitos positivos. A proposta descrita acima parece estar equivocada nas duas dimensões.

Inicialmente, é importante ter em conta que as contribuições incidentes sobre a folha de salários têm como principal objetivo financiar benefícios previdenciários concedidos aos trabalhadores cujo salário é onerado pelas contribuições. Do ponto de vista econômico, é indiferente se essas contribuições são recolhidas pelo empregador ou

pelo empregado, pois o relevante é a cunha fiscal, ou seja, a diferença entre o custo do empregado para a empresa e o salário líquido percebido pelo trabalhador.

Desse ponto de vista, é importante que haja uma correlação entre o valor das contribuições e os benefícios gerados.

Idealmente, o custo das contribuições para a **previdência pública (INSS)** deveria ser equivalente ao custo de uma previdência privada de baixo risco que gerasse os mesmos benefícios. Em termos econômicos, diz-se que deve haver um equilíbrio atuarial entre contribuições e benefícios.

A desoneração quase completa das contribuições sobre folha, na forma aventada pelo dr. Afif Domingos, pode não ser adequada.

Contribuições muito inferiores às que garantem o equilíbrio atuarial são equivalentes a um subsídio aos benefícios, que seria financiado por toda a sociedade. Esse desequilíbrio tem várias consequências indesejadas. Por um lado, haveria um estímulo a ações pouco éticas, como a contratação de parentes por proprietários de empresas, apenas visando à geração de benefícios previdenciários com baixo custo. Por outro lado, o modelo resultaria em iniquidades distributivas, na medida em que tributos incidentes sobre pessoas de baixa renda (inclusive a CPMF) estariam financiando subsídios à previdência de trabalhadores com renda de até R\$ 6 mil, valor bem superior ao rendimento médio do trabalho no **País**.

Mesmo como estratégia de geração de empregos, a redução da contribuição patronal sobre a folha tem efeitos limitados. Ainda que no curto prazo possa haver algum efeito positivo, dado o alto nível de desemprego atual, no longo prazo a desoneração da folha tende a se

refletir em maiores salários, e não em mais empregos ou maior rentabilidade para as empresas. Esse é o resultado previsto pela teoria e comprovado em vários casos práticos de mudança na tributação da folha de salários.

Uma boa desoneração da folha de salários deveria ter como objetivo não uma redução linear das contribuições, mas sim a eliminação (ou redução) de tributos que incidem sobre a folha e não geram benefícios. Tal mudança – que contemplaria, entre outros, a desoneração do primeiro salário mínimo de todos os salários – teria resultados mais consistentes com um custo menor que a desoneração linear da folha.

Por fim, cabe discutir a forma de financiamento da desoneração da folha. A CPMF não parece ser uma boa alternativa, pois, além de cumulativa – onerando investimentos e exportações –, é um tributo que estimula a desintermediação financeira e prejudica o funcionamento eficiente da economia ao reduzir a liquidez dos mercados.

Não há por que substituir um tributo distorcivo sobre a folha por outro tributo distorcivo sobre transações financeiras. A melhor forma de financiar a desoneração da folha é corrigindo outras distorções do sistema tributário – principalmente distorções na tributação da renda, que fazem com que parcela relevante dos brasileiros de alta renda seja pouco tributada.

Veículo: Estadão	
Data: 04.07.2020	Caderno: Economia



Tributo sobre transações digitais ajuda a gerar empregos, afirma governo

Paulo Guedes tem dito que apenas um imposto que reduza a carga tributária paga pelas empresas vai permitir a criação de novos postos de trabalho

Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

04 de agosto de 2020 | 05h00

BRASÍLIA - Para convencer o presidente **Jair Bolsonaro** a apoiar a criação de uma contribuição de transações digitais, o ministro da **Economia, Paulo Guedes**, tem reforçado o discurso de que seria uma “hipocrisia” a sociedade brasileira não querer enfrentar o problema da informalidade no mercado de trabalho.

O argumento do governo é que somente a recriação de um tributo nos mesmos moldes da antiga **CPMF** teria capacidade de ampliar a arrecadação do governo federal para permitir que o governo abra mão de parte dos encargos que as empresas pagam sobre os salários dos funcionários. Essa medida é vista como essencial nesse momento pós-pandemia, em que há preocupação de o desemprego aumentar depois que as medidas de ajuda forem retiradas.

Nos últimos dias, Guedes e o presidente Bolsonaro têm repetido que não haverá aumento da carga tributária no total – ou seja, cria-se mais um imposto, mas a proposta é diminuir, como compensação, a carga de outros tributos que já existem. O governo vê como má-fé a tentativa de setores da sociedade de vender a ideia de que o novo tributo vai representar aumento da carga tributária, como aconteceu no passado com a CPMF.

A nova contribuição é chamada de “feia” pelo próprio ministro, mas foi apontada por ele a Bolsonaro como a saída para mitigar o quadro de 50 milhões de brasileiros fora do mercado formal de trabalho, ante 33 milhões com carteira de trabalho assinada no setor privado.

Na reunião com o presidente, o ministro disse que essa realidade é inaceitável. O presidente sempre foi radicalmente contra a CPMF em seus anos como deputado e também no início do seu mandato na Presidência.

Nessa estratégia de comunicação, Guedes tem enfatizado que há o plano de redução de impostos para compensar a criação do novo tributo. Por meio de mensagens no **WhatsApp** aos amigos, o ministro tem apresentando o seguinte mantra: “Vamos simplificar e reduzir os impostos. Quem não paga, vai pagar. Quando todos pagam, pagamos menos”.

Apesar de recomendações de economistas do mercado para aumento da carga tributária em resposta à crise, o ministro já avisou à equipe que essa estratégia está rejeitada. Aos auxiliares, disse que, nos últimos 40 anos, o País sempre adotou o modelo de alta de gastos seguida por alta de impostos para resolver o problema.

A equipe econômica quer travar o gasto e, para isso, se diz unida para manter o teto de gasto, a regra que impede o crescimento da despesas correntes do governo federal acima da correção da inflação.

Veículo: Estadão	
Data: 04.07.2020	Caderno: Economia



Por apoio à CPMF, Guedes vai propor cortar à metade tributos sobre salários

Proposta prevê corte de 8% para 6% do valor dos salários depositados nas contas do FGTS, a redução de 20% para 15% da alíquota paga ao INSS, e um corte nos encargos pagos ao Sistema S

Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

04 de agosto de 2020 | 05h00

BRASÍLIA - O ministro da **Economia, Paulo Guedes**, apresentou ao presidente Jair Bolsonaro um plano para tentar diminuir as resistências no **Congresso** à criação de novo imposto sobre transações digitais – no mesmo modelo da extinta **CPMF**, mas com alcance maior.

Como contrapartida, segundo apurou o **Estadão**, a ideia é reduzir à metade o peso efetivo da tributação que as empresas pagam sobre os salários dos funcionários. Hoje, as empresas pagam uma alíquota de 20% sobre os salários como contribuição à **Previdência**. A proposta é reduzir esse peso de encargos para 10%.

Guedes apresentou propostas a Bolsonaro. Foto: Gabriela Biló/Estadão

Guedes vai propor a redução de **20%** para **15%** da alíquota das empresas com um custo de **R\$ 50 bilhões** de perda de arrecadação

federal. A redução dos outros 5 pontos percentuais seria obtida, na prática, com duas medidas parafiscais (sem impacto no **Orçamento** do governo): redução de **8%** para **6%** do valor dos salários que é depositado pelas empresas nas contas do **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)** e corte permanente da metade dos encargos que pagam ao **Sistema S**.

Além disso, a contribuição das empresas ao **INSS** do trabalhador que ganha até um salário mínimo (hoje, R\$ 1.045) será isenta para o patrão, ao custo de **R\$ 25 bilhões** por ano para os cofres da **União**.

Essa medida integra o novo modelo de Carteira Verde Amarela em gestação pela equipe econômica. Essa desoneração vale só para o trabalhador que recebe um salário mínimo e visa a aumentar as contratações e barrar demissões de quem já tem emprego formal. Guedes também prepara dois acenos importantes para ter apoio ao novo tributo: à classe média (com a ampliação da faixa que fica isenta do **IR**, dos atuais R\$ 1,9 mil para R\$ 3 mil) e à indústria, com o fim da cobrança do **IPI** para eletrodomésticos. Aos cofres públicos, a primeira medida tem impacto de R\$ 22 bilhões e a segunda, de R\$ 30 bilhões. Um corte total do IPI para todos os produtos custaria bem mais: **R\$ 50 bilhões**, segundo fonte que trabalha na proposta. Guedes quer acabar com o IPI para produtos, como por exemplo, geladeiras, máquinas de lavar e fogão.

A medida é importante para conseguir o apoio da indústria ao novo tributo. O setor de serviços já apoia a recriação da CPMF como saída para tirar do papel a chamada desoneração da folha de salários.

Até o momento, o governo apenas enviou ao Congresso projeto de fusão de dois impostos federais: **PIS** e **Cofins**. O presidente **Jair Bolsonaro** deu autorização **para que a equipe econômica**

avance numa proposta que inclua o novo tributo sobre transações financeiras.

Apoio

Ao **Estadão**, o presidente da **Confederação Nacional da Indústria (CNI)**, **Robson Braga de Andrade**, disse estar disposto a discutir a criação de um novo tributo nos moldes da CPMF.

“Achamos que a desoneração da folha, dependendo do nível que será feita, talvez seja necessária com uma nova base de tributação. Hoje, está evoluindo muito com comércio digital”, afirmou.

A conta da fatura total de medidas de compensação à recriação da CPMF seria de R\$ 127 bilhões. Pelas contas do governo, **uma nova contribuição com alíquota de 0,2%** cobrada tanto no crédito (entrada dos recursos na conta) como no débito (qualquer retirada de recursos) pode arrecadar R\$ 125 bilhões (desse valor R\$ 50 bilhões voltariam para a Previdência para compensar a desoneração).

Para bancar o **Renda Brasil**, o novo programa social que vai abarcar o **Bolsa Família**, o governo quer aumentar a alíquota do IR dos salários mais altos (acima de R\$ 40 mil mensais), cortar as deduções de educação e saúde (as deduções reduzem ou isentam de pagar o imposto), e tributar os lucros e dividendos (a parcela do lucro distribuída aos acionistas de uma companhia). Dependendo do modelo, o benefício médio do novo programa assistencial pode subir de R\$ 190,16 (valor médio do que é pago pelo Bolsa Família) para um patamar mais próximo de R\$ 300.